

AMAZÔNIA EM MOVIMENTO

*EMPREENDEDORISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E
CRIATIVA EM SANTARÉM-PA*

Organizadores:
Dorival Bonfá Neto e
Sandra Karolline de Melo Pontes Alves



ISBN: 978-65-83897-10-7

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Copyright © 2025 Edição autônoma das autoras e dos autores

A reprodução parcial ou integral é autorizada desde que citada a fonte.

Coordenação geral, organização e revisão: Dorival Bonfá Neto e Sandra Karolline de Melo Pontes Alves

Autoras e autores:

- 1 Jaqueline de Sousa Alves**
- 2 Fábio de Oliveira Sousa**
- 3 Luciana Correia Magalhães Freire**
- 4 Aline Priscila Mota Pereira Lopes**
- 5 Ana Paula Paz de Oliveira**
- 6 Tiago Felix Sousa**
- 7 Rosinete Santos Dos Reis**
- 8 Luciane Sousa Santos**
- 9 Sabrina Malcher Sousa**
- 10 Flávia Manuella Ferreira Rodé**
- 11 Hevelyn Nataline Bentes da Silva**
- 12 Maria Eduarda Borges Saraiva**
- 13 Lucas Patrik Lopes dos Santos**
- 14 Shirley Rocha**
- 15 Bruna Thamires Sousa Santos**
- 16 Caroline Fabrizzia Coutinho Serrão**
- 17 Francirlei Protásio dos Santos**
- 18 Marcelo Monteiro de Lima**
- 19 Allana Taíssa Almeida de Souza**
- 20 Júlia Cavalcante Holanda**
- 21 Sara Pontes Sousa**
- 22 Sabrina Pontes Sousa**

Design: Flávia Manuella F. Rodé e Maria Eduarda B. Saraiva

APOIO:



Centro Avançado de Desenvolvimento
de Sistemas Alimentares Sustentáveis e
Tecnologias Sociais da Amazônia Brasileira



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

A449 Amazônia em movimento: empreendedorismo, economia solidária e criativa em Santarém-PA.[livro eletrônico]./ Dorival Bonfã Neto e Sandra Karolline de Melo Pontes Alves [org.]. – Santarém, Pará: Ufopa e Centro Avançado de Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Tecnologias Sociais da Amazônia Brasileira, 2025.
76 p. : il. Índice:

Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/>
ISBN: 978-65-83897-10-7 (E-book).

E-book organizado pelos docentes Dorival Bonfã Neto e Sandra Karolline de Melo Pontes Alves, os autores são discentes do curso Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

1. Amazônia. 2. Cooperativismo. 3. Economia solidária-Santarém. 4. Economia criativa – Santarém I. Bonfã Neto, Dorival (org.). II. Alves, Sandra Karolline de Melo Pontes (org.). III. Título.

CDD: 23 ed. 338.0498115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440

SUMÁRIO

Introdução: Por uma economia solidária e um empreendedorismo comunitário.....p. 04

PARTE I - ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERATIVISMO E EMPREENDEDORISMO

Cap. 1 - Cooperativismo e Economia Solidária promovendo a inclusão socioeconômica: O Caso da Coopresan (Santarém-PA).....p.07

Cap. 2 - Economia Solidária no Oeste do Pará: O caso da COOPBOA na Comunidade Boa Esperança, Santarém-PA.....p.23

Cap. 3 - Empreendedorismo Comunitário e Turismo de Base Comunitária: A experiência da Associação de Catraieiros de Alter do Chão.....p.35

PARTE II - ECONOMIA CRIATIVA, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Cap. 4 - Economia Criativa e Bioeconomia como forma de resistência: Um estudo sobre o empreendimento Deveras Amazônia.....p.49

Cap. 5 - Entre sementes e saberes: Coletivo Nunghara, inspiração e fonte de renda.....p.60

Cap. 6 - Empreendedorismo e economia criativa: O caso do Sim Sim Brechó em Santarém - PA.....p.66

Cap. 7 - Do palco ao negócio: O perfil empreendedor da DJ Allana Show no setor de entretenimento em Santarém.....p.71

INTRODUÇÃO: POR UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA E UM EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO

Dorival Bonfá Neto

Professor do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (Ufopa)

E-mail: bonfaneto@hotmail.com

Santarém, coração pulsante da Amazônia, entre as capitais Belém e Manaus, tem vivido grandes transformações desde os anos 2000. Essas mudanças foram impulsionadas pela chegada do grande capital e pela conexão com o circuito superior da mercadoria — um processo que, ao monetizar relações, acaba por transformar a própria natureza – e a cultura – em mercadoria, em valor de troca. Entre esses movimentos, destaca-se a chegada da monocultura da soja em 2003, que simboliza uma mudança profunda, trazendo investimentos, expansão (e especulação) imobiliária, crescimento da monocultura sojeira, renovação da infraestrutura e conflitos socioambientais. Nesse processo de mudança, observa-se o enfraquecimento do circuito inferior da economia, como pequenos comércios, agricultura familiar, extrativismo e outras formas de produção e consumo mais próximas dos sujeitos e das múltiplas culturas, que formam a essência do território santareno, tapajônico e amazônida.

Nesse cenário, o empreendedorismo muitas vezes se mistura com o discurso de uma economia hegemônica, que domina e aprofunda a degradação ambiental e a apropriação mercadológica da natureza. Em Santarém, isso se revela com a chegada do grande capital, elevando preços, precarizando vidas e aumentando as desigualdades socioeconômicas.

Mas, onde há avanço do grande capital, também cresce a resistência. Na Amazônia, e em especial em Santarém, florescem iniciativas de economia solidária e empreendedorismo comunitário — caminhos que constroem pontes para uma economia justa, que respeita o ambiente, valoriza o trabalho humano e fortalece a cultura local e as múltiplas identidades, através da valorização de saberes locais e da bioeconomia. É para essas sementes que devemos olhar com atenção: uma Amazônia viva, rica, moderna e tecnológica, que carrega em si a soberania e a autonomia popular para decidir o que plantar, colher e compartilhar.

Este livro é um convite para mergulhar nessas histórias. Por meio de sete artigos que demonstram experiências de economia solidária e empreendedorismo, despertam possibilidades de um desenvolvimento alternativo — que não seja marcado pela desigualdade, pela perversidade ou pela destruição ambiental, mas sim pela esperança e pela justiça social e ambiental.

Fruto do esforço de alunas e alunos do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa, futuros gestores dedicados ao desenvolvimento regional, esta obra nasce das

pesquisas realizadas no âmbito da disciplina “Economia Criativa e Empreendedorismo”, oferecida no primeiro semestre de 2025, para a turma de 2022 (cursando o 7º semestre do bacharelado), sob a orientação dos professores Dorival Bonfá Neto e Sandra Karolline Pontes Alves.

Este livro está dividido em duas partes: a primeira, com foco nas experiências de Economia Solidária e Cooperativismo; a segunda com foco nas experiências sobre Empreendedorismo e Economia Criativa. As pesquisas foram desenvolvidas em diálogo com os sujeitos entrevistados e, nesse processo, notamos um protagonismo feminino em ações empreendedoras e criativas, demonstrando posições de lideranças de mulheres nas organizações.

Também cabe ser ressaltado que esse trabalho não pretende fazer nenhuma propaganda ou divulgar nenhuma marca, mas sim, demonstrar experiências diversas no âmbito da Economia Solidária e Criativa na(s) Amazônia(s) rural, urbana e periurbana.

Desejamos que este trabalho inspire não só como referência, mas como um exemplo vivo de que outra economia é possível — uma economia solidária, criativa e justa, em que o empreendedorismo e a tecnologia sejam meios para conquistar o desenvolvimento local, a justiça social, a igualdade econômica e a preservação do nosso planeta e da nossa Amazônia.

Obrigado e boa leitura.

Dorival Bonfá Neto,
Santarém-PA, 5 de agosto de 2025.

PARTE 1:
ECONOMIA SOLIDÁRIA,
COOPERATIVISMO E
EMPREENDEDORISMO

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA: O CASO DA COOPRESAN (SANTARÉM-PA)

Jaqueline de Sousa Alves¹

E-mail: jackalves35@hotmail.com

Fábio de Oliveira Sousa²

E-mail: fabiosousastm@icloud.com

Luciana Correia Magalhães Freire³

E-mail: luciana.ufopa2022@gmail.com

Resumo: Este estudo analisa a Cooperativa de Reciclagem de Santarém (COOPRESAN) como modelo de economia solidária, avaliando seu impacto na inclusão socioeconômica de catadores e na sustentabilidade ambiental da Amazônia urbana. Como metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa com estudo de caso, utilizando análise documental e entrevistas com roteiro estruturado, aplicadas com 19 cooperados. Os resultados evidenciam que a COOPRESAN, apoiada pela Incubadora de Economia Solidária da UFOPA (IECOSOL), ampliou a renda média dos cooperados em 30% (de R\$ 800,00 para R\$ 1.212,00 mensais) e desenvolveu inovações como o projeto Placa Mãe Natureza, que converteu 2,5 toneladas de resíduos eletrônicos em laboratórios escolares. Contudo, persistem desafios como: centralização decisória (apontada por 26,3% dos entrevistados), dependência de recursos externos e disparidades regionais (a renda permanece 35% inferior à de cooperativas do Sudeste). Conclui-se que a economia solidária harmoniza justiça social e preservação ambiental, mas requer políticas públicas regionalizadas, revisão do Artigo 42 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e fortalecimento de redes colaborativas (como a REPITES) para ampliar sua replicabilidade.

Palavras-chave: Amazônia; Autogestão; Catadores de Resíduos; Economia Solidária; Inovação Social.

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, marcado por persistentes desigualdades socioeconômicas, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) surgem como alternativas concretas de enfrentamento à exclusão. Essas iniciativas, baseadas em princípios de cooperação, autogestão e equidade, promovem trabalho digno, sustentabilidade ambiental e inclusão social, configurando-se como um modelo socioeconômico distinto da lógica capitalista predominante, que prioriza a competição e o lucro individual. Conforme destacam estudiosos como Gaiger (2017) e Singer (2002),

¹ Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Seus interesses acadêmicos incluem planejamento governamental, políticas sociais e desenvolvimento sustentável.

² Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Possui interesse em políticas públicas, desenvolvimento regional e gestão de recursos públicos.

³ Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Dedicar-se ao estudo de políticas públicas, inclusão social e gestão participativa.

a economia solidária fundamenta-se historicamente em práticas de reciprocidade e organização coletiva, representando uma resposta organizada de grupos frequentemente marginalizados às dinâmicas excludentes do mercado.

Neste cenário, a Cooperativa de Reciclagem de Santarém (COOPRESAN), localizada no município paraense de Santarém, na estratégica região amazônica da confluência dos rios Tapajós e Amazonas, apresenta-se como um caso emblemático. A cidade, com uma população estimada em 357 mil habitantes (IBGE, 2024), enfrenta desafios complexos, incluindo desmatamento, expansão urbana desordenada e precarização das relações de trabalho, agravados pelo fato de que aproximadamente 18,7% de sua população vive em situação de pobreza (PNUD, 2020). Fundada em 2012, a COOPRESAN emergiu como uma resposta organizada a essas vulnerabilidades, articulando de forma prática a geração de renda para seus cooperados, a preservação ambiental por meio da reciclagem e a promoção da inclusão social. Sua atuação alinha-se diretamente com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante da relevância deste empreendimento, a presente pesquisa partiu da seguinte questão central: Como a COOPRESAN, enquanto modelo concreto de economia solidária, contribui para a inclusão socioeconômica e ambiental no município de Santarém-PA, considerando os desafios estruturais presentes e o apoio institucional recebido? Para responder a esta questão, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os mecanismos de gestão coletiva, inovação social e resiliência adotados pela COOPRESAN para promover inclusão socioeconômica e sustentabilidade ambiental em contextos adversos.

Complementarmente, buscam-se três objetivos específicos: (1) compreender o papel fundamental da incubação universitária proporcionada pelo IECOSOL/UFOPA⁴ no fortalecimento organizacional da cooperativa, especialmente diante de crises como a pandemia de COVID-19 e o incêndio de 2022; (2) avaliar os impactos socioeconômicos, como a elevação da renda dos cooperados, e ambientais, exemplificados pela reciclagem tecnológica, gerados pela cooperativa, em consonância com a PNRS e os ODS; e (3) discutir o potencial de replicabilidade do modelo da COOPRESAN como estratégia de desenvolvimento regional sustentável, identificando desafios e oportunidades para políticas públicas.

A relevância desta investigação reside não apenas na representatividade da COOPRESAN enquanto experiência de economia solidária na Amazônia urbana, mas também em sua demonstrada capacidade de resiliência e inovação. A cooperativa articula redes colaborativas robustas, envolvendo

⁴ Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal do Oeste do Pará. Ela ajuda grupos como cooperativas, associações e pequenos produtores a se organizarem e crescerem de forma justa e sustentável. O projeto apoia a agricultura familiar, o artesanato, a reciclagem e o empreendedorismo social, promovendo inclusão e desenvolvimento local.

instituições públicas e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), superando adversidades por meio de iniciativas como o projeto Placa Mãe Natureza, que transforma resíduos eletrônicos em laboratórios de informática para escolas públicas.

Esta trajetória evidencia a sinergia entre economia solidária, políticas públicas e apoio acadêmico, destacando-se também pela participação na Rede de Pesquisa, Inovação e Tecnologia Social em Gestão de Resíduos Sólidos, Sustentabilidade e Economia Solidária (REPITES)⁵. Essa articulação demonstra o potencial transformador desses arranjos na promoção simultânea da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

A análise do caso da COOPRESAN oferece contribuições relevantes ao debate sobre o desenvolvimento regional, reforçando a importância de ampliar os mecanismos de apoio previstos em instrumentos como o Artigo 42 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Essa ampliação deve estar alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou o estudo de caso único da Cooperativa de Reciclagem de Santarém (COOPRESAN) como estratégia metodológica, com base em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e caráter interdisciplinar. Essa escolha justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as dinâmicas socioeconômicas, ambientais e organizacionais que caracterizam os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), especialmente no contexto amazônico.

A abordagem qualitativa permitiu captar aspectos subjetivos e contextuais, como os mecanismos de autogestão, a resiliência institucional diante de crises e o impacto das inovações sociais implementadas pela cooperativa. Para tanto, foram utilizadas duas técnicas principais de coleta de dados: (i) análise documental de registros internos da COOPRESAN, incluindo atas de assembleias, relatórios operacionais e materiais institucionais, como o Relatório Final do projeto IECOSOL-UFOPA; e (ii) entrevistas estruturadas com 19 cooperados, selecionados por adesão voluntária durante trabalho de campo realizado em maio de 2025.

Os dados obtidos foram organizados e analisados por meio da técnica de categorização temática, conforme proposta por Bardin (2011), sendo estruturados em três eixos analíticos: governança cooperativa, inovações socioambientais e resiliência institucional. A triangulação entre

⁵ A REPITES é uma rede colaborativa que reúne pesquisadores, instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e cooperativas com o objetivo de promover a inovação social e tecnológica na gestão de resíduos sólidos. Seu foco está na construção de soluções sustentáveis que integrem os princípios da economia solidária, fortalecendo práticas inclusivas e ambientalmente responsáveis. A rede atua como um espaço de articulação entre saberes acadêmicos e populares, contribuindo para políticas públicas mais eficazes e para o empoderamento de catadores e catadoras em todo o Brasil.

fontes primárias (documentos e entrevistas), políticas públicas e literatura acadêmica especializada conferiu maior robustez à análise, contribuindo para a mitigação de vieses interpretativos e para a validação dos achados.

Essa estratégia metodológica possibilitou uma compreensão aprofundada das práticas e desafios enfrentados pela COOPRESAN, permitindo a formulação de recomendações alinhadas às especificidades locais e aos princípios da economia solidária.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Economia Solidária e Autogestão

A economia solidária configura-se como uma alternativa sistêmica ao modelo capitalista tradicional, fundamentando-se em princípios como cooperação, autogestão, solidariedade, sustentabilidade e valorização do trabalho humano. No Brasil, sua emergência está associada à resposta de comunidades e trabalhadores excluídos do mercado formal às crises econômicas e sociais, especialmente a partir da década de 1990 (Singer, 2002)

Do ponto de vista teórico, a economia solidária articula-se com os fundamentos da economia plural e da sociologia econômica, reconhecendo a diversidade de formas de produção e reprodução da vida que não se subordinam exclusivamente à lógica do lucro (Gaiger, 2004). Nesse contexto, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) representam formas organizativas baseadas na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção e na distribuição equitativa dos resultados.

Contudo, a consolidação dos EES enfrenta desafios estruturais significativos. A escassez de capital inicial, a fragilidade na gestão administrativa, a ausência de circuitos econômicos solidários consolidados e a dependência de políticas públicas de fomento dificultam sua sustentabilidade (Mota, 2017). Em contextos de fragilidade institucional, há ainda o risco de desvirtuamento dos princípios solidários, com sua apropriação por agendas neoliberais e interesses privados (Lima, 2021).

A promulgação da Lei nº 15.068/2024, que institui a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), representa um marco regulatório fundamental para o fortalecimento dos EES. A nova legislação reconhece juridicamente essas organizações como entidades autogestionárias, sem fins lucrativos, e estabelece diretrizes para sua promoção, incluindo acesso a crédito, assistência técnica, educação e mercados solidários (Brasil, 2024).

Apesar dos entraves, a economia solidária revela um potencial transformador expressivo. Ao promover a inclusão produtiva de populações historicamente marginalizadas, como mulheres, povos indígenas, comunidades quilombolas e trabalhadores informais, os EES contribuem para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento da cidadania econômica (IPEA, 2021). Além disso,

ao adotar práticas sustentáveis e solidárias, esses empreendimentos favorecem a construção de economias locais resilientes e ambientalmente responsáveis.

A experiência da COOPRESAN ilustra tanto as potencialidades quanto as limitações da economia solidária. A parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), abordada no quarto episódio do podcast *Cooperação em Foco* (2024), intitulado *Sinergia e Cooperação: A Jornada entre a Coopresan e a Ufopa*, evidencia a importância da articulação entre saberes acadêmicos e práticas comunitárias. A governança participativa e o apoio institucional contribuíram para mitigar vulnerabilidades, enquanto a centralização decisória e a dependência de recursos externos revelaram tensões inerentes ao modelo autogestionário.

Ao integrar práticas de educação popular, agroecologia e comercialização justa, a COOPRESAN demonstra que os EES transcendem a lógica da subsistência econômica, impactando positivamente dimensões educacionais, ambientais e tecnológicas. Essa experiência reforça a tese de que a efetividade da economia solidária depende da capacidade de gerar soluções inovadoras e territorialmente enraizadas, articulando políticas públicas, redes de cooperação e processos formativos contínuos.

Em síntese, a economia solidária no Brasil encontra-se em um estágio de consolidação que exige esforços coordenados entre Estado, sociedade civil e academia. A superação dos desafios identificados requer não apenas políticas públicas eficazes, mas também uma mudança cultural que valorize a cooperação, a solidariedade e a justiça social como fundamentos de uma nova economia.

3.2 Inovação Social em Empreendimentos Econômicos Solidários

As inovações sociais, conforme Bignetti (2011), consistem em processos criativos e colaborativos voltados à resolução de problemas sociais complexos, como a exclusão socioeconômica e a precarização das condições de vida. No contexto da economia solidária, essas inovações assumem papel estratégico ao promoverem soluções sustentáveis, inclusivas e territorialmente enraizadas.

A experiência da COOPRESAN, por meio do projeto Placa Mãe Natureza, exemplifica de forma concreta essa articulação. A iniciativa consiste na reutilização de resíduos eletrônicos para a montagem de laboratórios de informática em comunidades da região do Baixo Tapajós, integrando os princípios da economia circular, da educação ambiental e da inclusão digital. Essa prática não apenas contribui para a mitigação de impactos ambientais, como também amplia o acesso à tecnologia e ao conhecimento, promovendo a equidade educacional e a cidadania digital.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 12 (consumo e produção responsáveis), o projeto demonstra como a inovação social pode gerar impactos sistêmicos ao articular sustentabilidade ambiental, justiça social e desenvolvimento local. A sinergia entre economia solidária e inovação social torna-se ainda

mais evidente quando analisada sob a ótica da economia circular, modelo que redefine a relação entre resíduos e recursos, promovendo a resiliência institucional e a autonomia comunitária.

Nesse sentido, os Empreendimentos Econômicos Solidários que incorporam práticas inovadoras não apenas respondem a demandas imediatas, mas também constroem alternativas estruturais ao modelo de desenvolvimento hegemônico, reafirmando o potencial transformador da economia solidária no enfrentamento das desigualdades e na promoção de uma sociedade mais justa e sustentável.

3.3 Economia Circular e Resiliência em Empreendimentos Econômicos Solidários

A economia circular, entendida como modelo regenerativo que transforma resíduos em recursos (França Filho, 2008), converge com os princípios da economia solidária ao integrar sustentabilidade ambiental e inclusão social. Na COOPRESAN, essa sinergia manifestou-se na reutilização criativa de materiais, como na conversão de eletrônicos descartados em infraestrutura educacional, prática que dialoga com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e reforça a capacidade de adaptação do empreendimento.

Conforme Laville (2020) destaca, a resiliência coletiva transforma adversidades em respostas práticas, como evidenciado na mobilização de parceiros durante a pandemia e o incêndio de 2022. Essas iniciativas resumiram-se a três eixos centrais: vaquinhas virtuais para arrecadação emergencial de recursos, doações de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para suprir necessidades básicas de segurança, e distribuição de cestas básicas para mitigar a insegurança alimentar. Tais ações, organizadas por indivíduos, coletivos e instituições, materializaram a solidariedade de forma direta e imediata, sem estruturas complexas, mas com efetividade concreta nas crises.

A experiência da cooperativa durante a pandemia de COVID-19 e o incêndio de 2022 exemplifica tal dinâmica: a mobilização de parceiros como a Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) permitiram fortalecer vínculos comunitários, demonstrando que a adaptação a cenários adversos depende tanto de inovações internas quanto de articulações externas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados organiza-se em três eixos temáticos: (I) governança e autogestão, (II) inovações sociais e ambientais e (III) resiliência em cenários de crise. Os dados foram obtidos por meio de abordagem qualiquantitativa, combinando análise documental e dados primários obtidos através das entrevistas.

4.1 Perfil Socioeconômico e Condições de Trabalho

A visita técnica de maio de 2025 revelou um perfil socioeconômico marcado por vulnerabilidades e resiliência. Dos 19 cooperados, 57,9% possuem ensino fundamental incompleto (**Tabela 1**), refletindo a marginalização educacional típica de grupos que encontram na economia solidária uma alternativa de inclusão. A jornada de trabalho, embora majoritariamente regulada (89,5% cumprem 8 horas/dia), apresenta exceções: 10,5% enfrentam jornadas extenuantes de 10 a 12 horas, indicativo da pressão operacional em períodos de alta demanda. Além disso, 47,4% trabalham 5 dias/semana, enquanto 26,3% atuam todos os dias, evidenciando a sazonalidade na geração e tratamento de resíduos.

Alguns dados de destaque a respeito dos cooperados são:

- Gênero e faixa etária: Predominam homens jovens (26–35 anos: 5) e mulheres na faixa de 36–45 anos (5).

Tabela 1 - Escolaridade dos Cooperados

Escolaridade	Nº de Cooperados
Analfabeto	2
Ensino Fundamental Incompleto	11
Ensino Fundamental Completo	3
Ensino Médio Incompleto	2
Ensino Médio Completo	1

Fonte: Autores, com base na aplicação do questionário em maio de 2025.

- Escolaridade: 57,9% possuem ensino fundamental incompleto (Tabela 1), refletindo o perfil de grupos marginalizados que encontram na cooperativa uma alternativa de inclusão.
- Estado civil: 63,2% são casados, indicando responsabilidades familiares que reforçam a necessidade de renda estável.

Outros dados demonstram as condições de trabalho:

- Jornada: 89,5% trabalham 8 horas/dia, alinhando-se à legislação trabalhista, mas 10,5% enfrentam jornadas extenuantes (10–12 horas), indicando pressões operacionais.
- Motivações: Flexibilidade (31,6%), proximidade com a residência (31,6%) e baixa exigência de escolaridade (26,3%).

Após analisar o perfil socioeconômico e as condições de trabalho dos cooperados, é fundamental compreender como a estrutura de governança e autogestão da COOPRESAN influencia sua capacidade de enfrentar desafios. A seguir, discutiremos os mecanismos decisórios e sua relação com a resiliência institucional.

4.2 Governança e Autogestão

Apesar do aumento de 30% na renda média dos cooperados da Cooperativa de Reciclagem de Santarém (COOPRESAN), no estado do Pará, após reestruturações realizadas em 2023, passando de R\$ 800,00 para R\$ 1.212,00 mensais (Carmo, 2023), ainda persistem disparidades significativas em comparação com cooperativas situadas em regiões economicamente mais dinâmicas do país. Essa assimetria, que reflete desigualdades territoriais históricas (Abramovay, 2003), decorre de fatores estruturais, como a escala reduzida das operações na região amazônica, custos logísticos entre 25% e 30% superiores devido a desafios geográficos, e o acesso limitado a mercados formais.

Enquanto Santarém enfrenta a sazonalidade na geração de resíduos, agravada pelos ciclos de cheias e secas, além da ausência de coleta seletiva obrigatória, cooperativas localizadas na região Sudeste do Brasil se beneficiam de políticas públicas municipais consolidadas e de parcerias com o setor industrial. Essa diferença é evidenciada na comparação salarial apresentada a seguir:

Tabela 2 - Renda Média Mensal em Cooperativas de Reciclagem (Brasil)

Cooperativa	Localização	Renda Média (R\$)	Fonte
COOPRESAN	Santarém (PA)	1.212	CARMO (2023)
Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE)	Belo Horizonte (MG)	1.500	Censo da Economia Solidária (2017)
Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE)	São Paulo (SP)	1.800	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021)

Fonte: Dados compilados de Carmo (2023), com referências comparativas.

A renda média na COOPRESAN permanece 35% inferior à registrada na COOPAMARE, em São Paulo, o que evidencia a inefetividade do Artigo 42 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em contextos periféricos. Para mitigar essas assimetrias, estudos como o de Rezende (2022) defendem a regionalização das políticas públicas por meio da criação de fundos de fomento específicos para a região amazônica, promovendo o desenvolvimento local e contribuindo para a redução das desigualdades territoriais.

4.3 Inovações Sociais e Ambientais

O Projeto Placa Mãe Natureza, articulado pela Companhia Independente de Polícia Ambiental de Santarém (CIPAMB) e operacionalizado pela COOPRESAN, exemplifica de forma paradigmática a contribuição desta organização aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS). A iniciativa converte resíduos eletrônicos em laboratórios escolares, promovendo sinergicamente o ODS 4 (Educação de Qualidade) ao garantir acesso tecnológico a 200 alunos da Escola Municipal Emílio Rebelo, reduzindo assimetrias educacionais – fato corroborado por relatos de maior engajamento pedagógico e conscientização ambiental durante observações *in loco*. Paralelamente, alinha-se ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) ao fomentar economia circular, desviando 2,5 toneladas de lixo eletrônico de aterros mediante processos técnicos liderados pela entidade executora.

A governança multissetorial, base do ODS 17 (Parcerias pelas Metas), materializa-se na atuação da CIPAMB como mediadora institucional: sua capilaridade mobiliza empresas para logística reversa e doações, enquanto a cooperativa assegura reaproveitamento eficiente. Esse ecossistema gera sustentabilidade: empresas apoiam upgrades de equipamentos, a CIPAMB facilita captação de recursos, e a parceria operacional mantém a infraestrutura técnica. Resultando não apenas em inclusão digital, mas também na replicabilidade do modelo como referência para políticas públicas locais.

Para além deste projeto, a organização consolida seu papel como agente educador mediante iniciativas complementares:

- Palestras sobre meio ambiente, identificadas por 63,2% dos cooperados como a ação de maior impacto comunitário;
- Troca de recicláveis por mudas, citada por 21,1% como estratégia eficaz;
- Atingindo 500 pessoas conforme registros internos, alinhadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Essas práticas, que transcendem a mera reciclagem, reforçam os ODS 4 e 12 ao converter desafios ambientais em oportunidades pedagógicas – fenômeno classificado por Bignetti (2011) como "inovação inclusiva". A sinergia entre poder público (CIPAMB), setor produtivo e sociedade civil demonstra, assim, que parcerias estruturadas são catalisadoras de transformações perenes, onde segurança ambiental e equidade educacional coexistem dinamicamente.

4.4 Resiliência em Cenários de Crise

A trajetória da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Santarém (COOPRESAN) entre 2020 e 2022 evidenciou vulnerabilidades críticas perante eventos adversos sequenciais: a pandemia de COVID-19 e um incêndio que destruiu parcialmente sua infraestrutura operacional em 2022. Conforme registros institucionais (Carmo, 2023), a pandemia comprometeu severamente a sustentabilidade econômica da organização, com 70% da renda dos cooperados dependendo de auxílios emergenciais.

O sinistro, por sua vez, expôs fragilidades materiais, cuja superação inicial decorreu exclusivamente de iniciativas solidárias: a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a comunidade local mobilizaram doações de cestas básicas e campanhas de financiamento coletivo ("vaquinhas virtuais") para mitigação imediata dos danos – sem registro de ações estruturadas do governo municipal de Santarém nesta fase emergencial.

A intervenção estatal materializou-se apenas através da ação estadual. O Projeto Pró-Catador Ativação Pará, coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), constituiu a única iniciativa governamental documentada. Em março de 2023, atendendo à urgência gerada pela perda de equipamentos no incêndio, a cooperativa recebeu maquinários industriais (prensas, transpaleteiras e EPIs) e capacitação técnica, integrando um grupo de quatorze cooperativas beneficiadas em oito municípios paraenses. Esta resposta imediata, realizada em curto prazo pós-desastre, destacou-se como medida concreta de apoio produtivo.

A participação federal limitou-se ao plano discursivo. Embora a cerimônia de entrega tenha incluído a presença do Ministro Wellington Dias e referências à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), não houve evidências de repasses financeiros diretos ou programas federais específicos para a recuperação da COOPRESAN. As pactuações anunciadas entre Estado e União não se materializaram em ações mensuráveis para a cooperativa.

A análise da governança interinstitucional revela assim assimetrias significativas. Conforme atestam 73,7% dos cooperados (Carmo, 2023), a resiliência organizacional derivou fundamentalmente: (a) do apoio comunitário e acadêmico emergencial (doações e financiamento coletivo); (b) da resposta tempestiva do governo estadual via Pró-Catador; e (c) da ausência de mecanismos municipais ou federais estruturados para crise. O contraste entre a atuação estadual concreta e a inexpressividade dos demais entes evidencia desafios persistentes na operacionalização do pacto federativo para economia solidária na Amazônia, particularmente em contextos pós-desastre.

4.5 Operações e Parcerias

A Cooperativa de Preservação Ambiental e Sustentabilidade (COOPRESAN) estrutura sua operação no processamento e comercialização de materiais estratégicos: papelão, Polietileno de Alta Densidade (PEAD), sucata ferrosa e garrafas de Politereftalato de Etileno (PET). Sua logística opera por meio de parcerias fundamentais, como a comercialização de sucata ferrosa com a Amazônia Metais e colaborações com empresas locais, incluindo a Nova Água e a Durães. Além disso, a cooperativa garante um fluxo contínuo de resíduos através de instituições como o Hospital Regional do Oeste do Pará e do projeto Placa Mãe Natureza, que depende de doações de resíduos eletrônicos. Essas diversas alianças ilustram concretamente a sinergia entre os princípios da economia solidária e a cooperação dos setores público e privado, alinhando-se diretamente ao Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17), Parcerias e Meios de Implementação, que visa fortalecer colaborações multissetoriais para o desenvolvimento sustentável.

A operacionalização da COOPRESAN materializa os princípios da economia solidária ao integrar setores público (Hospital Regional), privado (Amazônia Metais) e comunitário (doações de e-lixo) em uma rede colaborativa. Essa estrutura, alinhada ao ODS 17 (Parcerias), demonstra que a ES não se restringe à sobrevivência econômica, mas constrói ecossistemas de coprodução de políticas públicas, onde resíduos transformam-se em insumos para educação e geração de renda.

5 CONCLUSÕES

A Cooperativa de Reciclagem de Santarém (COOPRESAN) consolida-se como paradigma de economia solidária na Amazônia, demonstrando potencial transformador ao articular inclusão socioeconômica, sustentabilidade ambiental e inovação social. Esta pesquisa, alinhada aos objetivos propostos, revelou que seus mecanismos de autogestão, apoiados pela incubação universitária do IECOSOL/UFOPA, geraram impactos mensuráveis: i) elevação de 30% na renda média dos cooperados após reestruturações logísticas; ii) processamento de 2,5 toneladas de resíduos eletrônicos transformados em infraestrutura educacional via projeto Placa Mãe Natureza; e iii) avanços na conscientização comunitária, com 63,2% dos cooperados identificando palestras ambientais como ação de maior impacto.

Tais resultados materializam contribuições diretas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente) e ODS 12 (Consumo Responsável), reforçando o papel dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como alternativas viáveis ao modelo hegemônico.

Contudo, a análise expôs contradições estruturais que limitam a autonomia da cooperativa. A centralização decisória, criticada por 26,3% dos entrevistados, e a dependência de recursos externos, evidenciada durante a pandemia de COVID-19 e o incêndio de 2022, refletem fragilidades na governança democrática. A disparidade de renda em relação a cooperativas do Sudeste (como a COOPAMARE/SP, onde a remuneração é 35% superior) evidencia a inefetividade de políticas nacionais uniformizantes, como o Artigo 42 da PNRS, em contextos periféricos. Essas assimetrias, agravadas por custos logísticos 25–30% mais altos e sazonalidade na geração de resíduos, demandam ajustes normativos e operacionais.

Neste cenário, propõem-se quatro diretrizes estratégicas para consolidação de EES na Amazônia:

- Revisão do Artigo 42 da PNRS, garantindo financiamento contínuo e contratação direta de cooperativas por órgãos públicos e empresas, com fundos regionais para amortecer custos logísticos;

- Descentralização decisória via comitês temáticos rotativos, assegurando participação equitativa dos cooperados;
- Fortalecimento de parcerias locais com instituições educacionais e setor produtivo, ampliando projetos como o Placa Mãe Natureza e inserção em mercados formais;
- Capacitação técnica contínua, em parceria com universidades, para gestão administrativa e inovação tecnológica.

A resiliência da COOPRESAN diante das crises, sustentada por redes colaborativas como a REPITES, a ANCAT e a UFOPA, comprova que a sinergia entre Estado, academia e sociedade civil é catalisadora de transformações perenes. A atuação do governo estadual via programa Pró-Catador Ativação Pará (que forneceu maquinário emergencial pós-incêndio) contrastou com a inexpressividade municipal e federal, revelando falhas no pacto federativo. Isso reforça a necessidade de políticas territorializadas, capazes de converter vulnerabilidades amazônicas (como isolamento geográfico e fragilidade institucional) em oportunidades via economia circular e tecnologias sociais.

Por fim, a experiência da COOPRESAN transcende a lógica da subsistência. Ao integrar reciclagem, educação ambiental e inclusão digital, a cooperativa demonstra que economia solidária é vetor de empoderamento comunitário e reconfiguração produtiva. Sua replicabilidade em contextos similares depende, porém, de arcabouços legais que reconheçam a especificidade dos EES, conforme avançado pela Lei nº 15.068/2024 (Política Nacional de Economia Solidária), e de investimentos em redes de cooperação multissetoriais. Assim, harmonizam-se justiça social, preservação ambiental e dinamismo econômico, construindo alternativas concretas ao desenvolvimento excludente na Amazônia contemporânea.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CATADORES, ANCAT. *Relatório anual 2020: atuação da Associação Nacional de Catadores*. Brasília: ANCAT, 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BIGNETTI, L. P. *Inovações sociais: uma arena de embates entre atores, discursos e interesses*. São Paulo: Senac, 2011.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93820778002.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. *Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024*. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L15068.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. *Projeto PMZITO – Placa Mãe Natureza promove educação ambiental e inclusão digital*. Santarém, 2025. Disponível

em: <https://santarem.pa.leg.br/vereador-renilson-alves-destaca-a-relevancia-do-projeto-pmzito-e-convida-a-sociedade-a-apoiar-a-iniciativa>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CANADO, A. C. *Incubação de empreendimentos solidários: teoria e prática*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

CARMO, S. P. *Relatório final do projeto de extensão: catadores de resíduos sólidos recicláveis e economia solidária na construção de inovações sociais*. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COOPERAÇÃO EM FOCO. *Cooperação em foco: economia solidária e extensão universitária no Baixo Tapajós (Amazônia, Brasil)* [playlist]. YouTube, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_loKTaFyjitPgY2S54CVu1uyzOthESW7h8. Acesso em: 18 jun. 2025.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. *Economia solidária e políticas públicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GAIGER, L. I. *A economia solidária e o projeto ético-político popular*. São Paulo: Cortez, 2017.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/57783691>. Acesso em: 30 jun. 2025.

IPEA. *Inovações sociais: políticas públicas e sociedade civil no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013.

LAVILLE, J. L. *Economia solidária e resiliência em tempos de crise*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 2020.

LIMA, J. C. Economia solidária: de movimento social a política pública. In: LIMA, J. C. (org.). *Economia solidária e trajetórias de trabalho*. São Paulo: ResearchGate, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/301749217>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOTA, A. F. A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 456-471, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/CZ8THHp7TG9WKZZBCNXRf4F>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOTA, D. M. *Autogestão e desafios nos empreendimentos solidários*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SEASTER. Seaster garante equipamentos e maquinários para catadores de materiais recicláveis. *Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda*, [2025?]. Disponível em: <https://www.seaster.pa.gov.br/node/244>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SEBRAE. *Relatório de iniciativas sustentáveis: cooperativas de reciclagem*. Brasília: SEBRAE, 2022.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/livro/introducao-a-economia-solidaria>. Acesso em: 30 jun. 2025.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COOPERADOS DA COOPRESAN

(Foco: Trabalho, decisões coletivas, superação de dificuldades e benefícios da cooperativa)

1 - Qual seu Nome?

2- Qual sua Idade?

- ☐ Menos de 18 anos ☐ De 19 a 24 anos ☐ De 26 a 35 anos ☐ De 36 a 45 anos
☐ De 46 a 55 anos ☐ De 56 a 65 anos ☐ Acima de 65 anos

3-Sexo

- ☐ Feminino ☐ Masculino

4- Qual seu nível de escolaridade?

- ☐ Analfabeto
☐ Ensino fundamental incompleto
☐ Ensino fundamental completo
☐ Ensino médio incompleto
☐ Ensino médio incompleto
☐ Ensino médio completo

5- Qual seu estado civil?

- ☐ Solteiro
☐ Casado
☐ Separado
☐ Outros

6- Qual o seu Regime de ocupação de moradia?

- ☐ Próprio
☐ Alugado
☐ Cedido
☐ Outros

7- Qual a sua renda individual?

8-Motivo pela qual trabalha com catação:

- ☐ Regime de trabalho flexível
☐ Proximidade com o local de moradia
☐ Pouca exigência de escolaridade
☐ Outros

9-Número de membros da família que trabalha com catação:

- ☐ Só o entrevistado
☐ Duas pessoas

- ☐ Três pessoas
- ☐ Quatro pessoas
- ☐ Mais de quatro pessoas

10-Horas trabalhadas/diária catadores:

- ☐ Quatro horas
- ☐ Oito horas
- ☐ Dez horas
- ☐ Doze horas
- ☐ Outros

11-Dias trabalhados por semana:

- ☐ Até quatro dias
- ☐ Cinco dias
- ☐ Seis dias
- ☐ Sete dias

12- A quanto tempo você trabalha na COOPRESAN?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

13- Qual é sua principal atividade na cooperativa?

- ☐ Coleta de materiais
- ☐ Triagem de resíduos
- ☐ Venda dos recicláveis
- ☐ Outras:_____

Decisões coletivas

14- Como as decisões são tomadas na cooperativa?

- ☐ Todos participam igualmente
- ☐ Só a diretoria decide
- ☐ Às vezes somos consultados

15-Você já deixou de concordar com uma decisão da cooperativa?

- ☐ Sim ☐ Não

16- Se sim, o que aconteceu?

- ☐ Foi resolvido em conversa
- ☐ A decisão foi mantida mesmo assim
- ☐ Outro

BENEFÍCIOS DO TRABALHO DA COOPRESAN

17-O que melhorou na sua vida desde de entrou na cooperativa? (Marque até 2)

- ☐ Aumentou minha renda
- ☐ Aprendi mais sobre reciclagem
- ☐ Ganhei respeito na comunidade
- ☐ Tenho trabalho fixo

18-Qual o projeto da cooperativa mais ajuda a comunidade?

- ☐ Transforma lixo eletrônico em computadores para escolas?
- ☐ Troca recicláveis por mudas de plantas
- ☐ Palestras sobre o meio ambiente
- ☐ Outros

DIFICULDADE E SUPERAÇÃO

19-O que foi mais difícil durante a pandemia ou após o incêndio?

- ☐ Falta de materiais para reciclar
- ☐ Diminuição de renda
- ☐ Dificuldade para construir o galpão
- ☐ Outros

20- O que ajudou a cooperativa a superar a crise?

- ☐ Apoio da UFOPA
- ☐ Doações da comunidade
- ☐ União entre os Cooperados
- ☐ Outros

SUGESTÕES PARA MELHORAR

21-O que falta para a COOPRESAN crescer mais?

- ☐ Mais máquinas para processar recicláveis
- ☐ Parceria com empresas
- ☐ Mais participação de todos nas
- ☐ Outros_____ -

22- Uma ideia que você tem para melhorar o trabalho na cooperativa:

23- Nome da presidente:

24- Nome da Vice-presidente:

25-Quais os materiais coletados atualmente?

26-Quais as logísticas de materiais coletados?

27-Quais os parceiros atualmente da COOPRESAN?

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DO PARÁ: O CASO DA COOPBOA NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA, SANTARÉM-PA

Aline Priscila Mota Pereira Lopes

E-mail: motapereiralopesalinepriscila@gmail.com

Ana Paula Paz de Oliveira

E-mail: paullapaz991127216@gmail.com

Tiago Felix Sousa

E-mail: tiagofelix100@gmail.com

Estudantes do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA, turma de 2022.

Resumo: O estudo aborda o modelo de produção agroecológico e coletivo como forma de resistência à expansão do agronegócio no Oeste do Pará, analisando o papel da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Boa Esperança (COOPBOA) como um modelo de economia solidária e ecológica localizado em Santarém (PA). O Objetivo do Estudo é compreender o modelo de negócios da COOPBOA como exemplo de economia solidária, a partir da sua atuação no mercado local, estratégias de comercialização e políticas públicas envolvidas. O Estudo qualitativo foi realizado no âmbito do curso de Gestão Pública da UFOPA e reúne a aplicação de ferramentas de modelagem de negócios. Como resultado, apontamos que a COOPBOA representa um caso de consolidação na articulação entre economia solidária, agroecologia e cooperativismo, promovendo desenvolvimento sustentável com justiça social e ambiental na Amazônia, especialmente no Oeste do Pará.

Palavras-Chave: Amazônia. Cooperativismo. Economia Solidária. Gestão compartilhada. Santarém.

1 INTRODUÇÃO

O movimento cooperativista surgiu como uma alternativa baseada na economia solidária, originou-se a partir da união de indivíduos que buscam o alcance de um objetivo em comum, mediante as mesmas condições de trabalho, ganhos e perdas da lucratividade. A ideia do movimento é promover a equidade do desenvolvimento coletivo conforme os objetivos estabelecidos como metas da organização cooperativa, por meio do esforço de todos os envolvidos para um bem maior, que é a geração de renda para eles.

Desde então, este modelo de atividade econômica tem sido baseado no alcance de objetivos para a coletividade, expandindo-se no território brasileiro. Na região da Amazônia, o cooperativismo tem sido observado como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente entre comunidades ribeirinhas e indígenas, com foco na agricultura familiar e no extrativismo sustentável.

Entretanto, apesar da agricultura ser uma prática tradicional na região amazônica, particularmente na Região Oeste do estado do Pará, os pequenos produtores rurais enfrentam diversos obstáculos para manter sua produção no mercado local. Para tanto, é fundamental a compreensão dos

desafios e oportunidades da agricultura familiar dentro de um modelo cooperativista, analisando fatores como o acesso ao capital necessário para colocar os produtos para mercado, suporte técnico, às políticas públicas de alimentação e os benefícios ambientais da transição para um sistema de produção agroecológica.

Diante do exposto, este trabalho tem como intuito o apresentar um estudo realizado com a Cooperativa Dos Produtores Da Agricultura Familiar De Boa Esperança (COOPBOA), em Santarém/PA, iniciado a partir da compreensão acerca da importância das práticas agroecológicas como uma alternativa econômica sustentável de resistência ao avanço da monocultura de soja em expansão, observada nos últimos anos na comunidade.

O objetivo geral é compreender o modelo de economia solidária feito pela COOPBOA.

Os objetivos específicos são: a) Apresentar a relação entre a economia solidária e a atuação no mercado local; b) Identificar o funcionamento e estratégias de comercialização da COOPBOA; e c) Discutir os desafios apresentados para atuação no mercado local.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto abrange as ementas das disciplinas de Empreendedorismo e Economia Criativa⁶ e Elaboração e Gerenciamento de Projetos do curso Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. Desse modo, o desenvolvimento do estudo de cunho qualitativo, utilizou-se o currículo oferecido pelo Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOOK)⁷, uma ferramenta de organizacional que adota práticas de gerenciamento de projetos organizado em quatro fases: ideação, gerenciamento de projetos, modelagem de negócios, controle e monitoramento. A elaboração do estudo deu-se em três fases, são elas: Ideação, levantamento de dados e modelagem de negócios.

Nesse contexto, alinhado ao PMBOK, a primeira fase do desenvolvimento iniciou por meio de uma reunião entre os membros da equipe, na qual permitiu a escolha de um negócio social que causa impacto na economia local na região do Oeste do Pará. Para tanto, optou-se pela apresentação da COOPBOA.

Na segunda fase para o levantamento de dados, realizamos uma entrevista com dois integrantes administrativos da instituição, respectivamente o presidente e a secretária. A partir das informações coletadas, elaboramos um cenário, uma técnica utilizada planejamento estratégico para a descrição do desenvolvimento de um projeto e/ou negócio de forma detalhada sobre o contexto da

⁶ Disponível em:

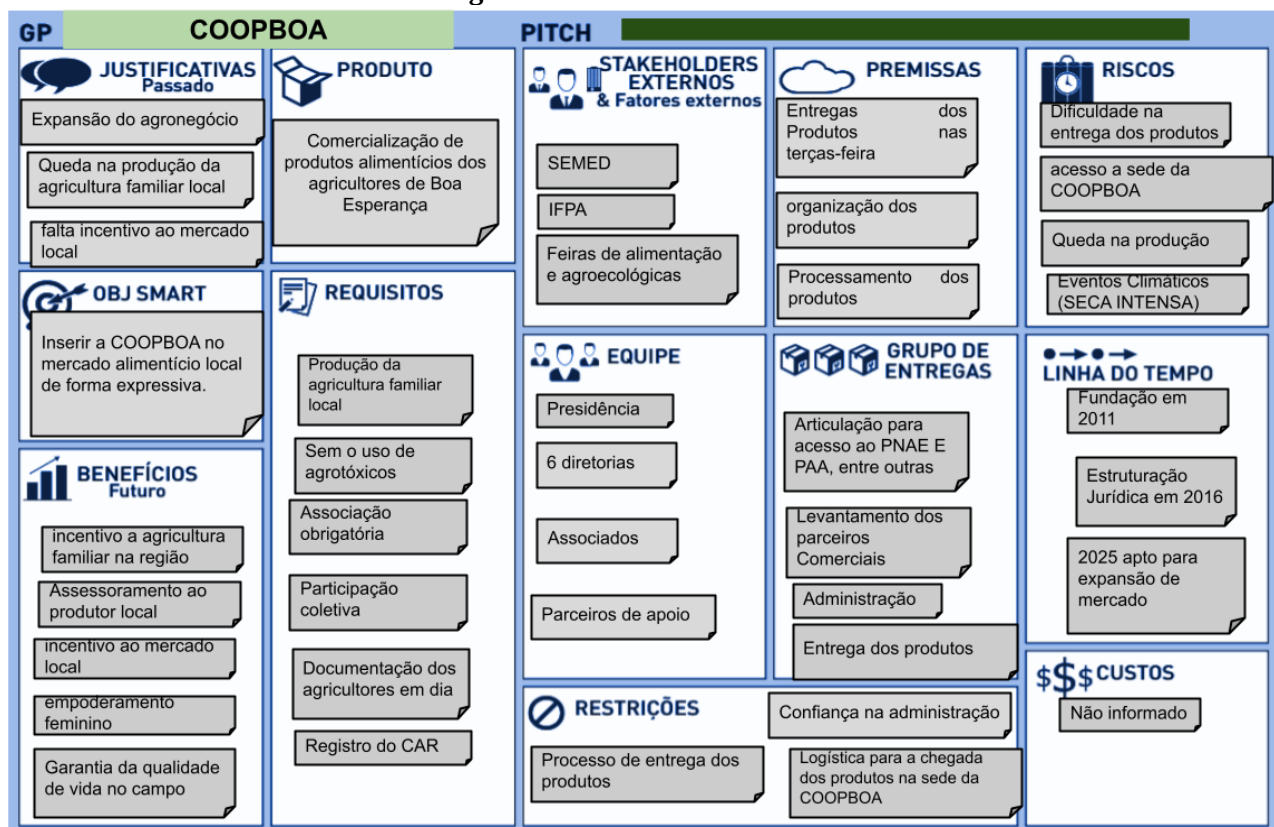
https://www.academia.edu/129781042/Plano_de_ensino_disciplina_ECONOMIA_CRIATIVA_E_EMPREENDEDORISMO_1o_semestre_2025_7o_per%C3%ADodo_bacharelado_em_Gest%C3%A3o_P%C3%BAblica_e_Developimentto_Regional_da_Universidade_Federal_do_Oeste_do_Par%C3%A1_prof_Dorival_Neto. Acesso em: 04 ago. 2025.

⁷ Disponível em: <https://www.pmi.org/standards/pmbok>. Acesso em: 04 ago. 2025.

criação da cooperativa, seu funcionamento, seus desafios atuais de funcionamento associado a implementação de políticas públicas de fomento à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA.

Posteriormente, na terceira fase realizamos uma análise de negócio feito pela COOPBOA, com a utilização de uma da ferramenta Project Model Canvas (PMC), uma técnica visual elaborada pelo professor José Finocchio Júnior. O PMC baseia-se no documento elaborado pela Project Management Institute (PMI)⁸, uma instituição sem fins lucrativos que interliga profissionais de gerenciamento de projetos ao redor do mundo. O PMC integra informações de forma visual de um projeto ou negócio, tais como: Objetivos, justificativa e benefícios do projeto, entregas, produtos do projeto, partes interessadas, equipe e papéis, premissas, restrições, atividades e recursos, cronograma, orçamento e risco.

Figura 1: PMC da COOPBOA.



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

O modelo de negócio adotado pela COOPBOA, trata-se de um negócio social que visa o fortalecimento da produção sustentável, a garantia da segurança alimentar, por meio do fomento à autonomia dos agricultores locais, que favorece a preservação dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento rural alinhado ao mercado alimentício local.

⁸ Disponível em: <https://www.pmi.org/#>. Acesso em: 04 ago. 2025.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A História da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade de Boa Esperança (COOPBOA)

A comunidade Boa Esperança, situada no planalto santareno historicamente conhecida pela paisagem composta por florestas secundárias, áreas de capoeira e roças agroecológicas, vinculada à história e à resistência de agricultores familiares e comunidades tradicionais que residem nesta área há gerações com a adoção de práticas tradicionais de uso da terra sob o viés agroecológico. No entanto, após o ano de 2010, essa região tem enfrentado modificações territoriais e socioeconômicas decorrentes da expansão do agronegócio, sobretudo a produção de soja, associado aos movimentos de grilagem de terras e da especulação fundiária, ameaçando modos de vida sustentáveis e ecossistemas locais. (Santos; Costa, 2020).

Diante dessa problemática, a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade de Boa Esperança (COOPBOA) fundada em 2011, surge como resultado ao movimento de resistência feito por agricultores locais aos desafios enfrentados diante da expansão do agronegócio ao redor da comunidade Boa Esperança. A ideação deste negócio sob o viés coletivo, deu-se mediante a necessidade de estruturação para comercialização e escoamento da cadeia produtiva da mandioca e outros produtos agrícolas. Desde então, a COOPBOA tem investido na ampliação das áreas produtivas, na diversificação dos produtos ofertados e na organização da comercialização coletiva. Os produtos comercializados são oriundos do manejo agroecológico baseado na adubação orgânica e com o uso de fertilizantes naturais, garantindo produtos, sendo proibido o uso de agrotóxicos. A fertilidade natural dos solos da região contribui para a diversificação produtiva e o aumento da produtividade. A cooperativa também investe continuamente na capacitação de seus cooperados.

A atividade comercial da COOPBOA abrange a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros, polpas de frutas, bolos, doces e derivados da mandioca, como farinha, goma e macaxeira, bem como seus produtos alimentícios derivados, entre outros. Inicialmente, a atuação da COOPBOA no mercado local deu-se por meio do acesso aos programas de fomento à agricultura familiar, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assegurando canais estratégicos de escoamento da produção.

Em 2022, a cooperativa obteve o Selo de Inspeção Municipal (SIM), o que habilitou a comercialização de seus produtos em mercados e supermercados locais, ampliando a inserção no mercado formal (Santarém, 2022). No ano seguinte, as famílias cooperadas foram beneficiadas com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) na modalidade Pessoa Jurídica (PJ), fortalecendo o acesso a políticas públicas e programas de fomento.

Em 2024, em parceria com a Organização Das Cooperativas do Brasil do estado do Pará (OCB-PA), uma organização que atua no desenvolvimento, apoio e representação das cooperativas

paraenses, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP-PA), oferecendo capacitação, educação e apoio técnico às cooperativas.

A cooperativa promoveu oficinas de processamento de vegetais, qualificando os associados para a produção de geleias, doces, compotas e picles, para agregar valor aos produtos e expandir as oportunidades de mercado. Portanto, nota-se que a trajetória da cooperativa reflete um modelo bem-sucedido de organização comunitária, fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável no Oeste do Pará.

3.2 Cooperativismo

No Brasil, o cooperativismo está fortemente ligado à agricultura familiar e à economia solidária, sendo impulsionado por políticas públicas e movimentos sociais que veem nas cooperativas um instrumento de fortalecimento da autonomia dos pequenos produtores. Na literatura, autores como Gaiger (2004) apontam que as cooperativas agroecológicas têm sido fundamentais para promover a inclusão produtiva de comunidades rurais e urbanas, possibilitando a agregação de valor, o acesso a mercados institucionais e a construção de redes de comercialização solidária. Essa forma de organização fortalece as capacidades coletivas de planejamento, produção e comercialização, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.

O cooperativismo também se articula de maneira sinérgica com a agroecologia e a economia ecológica, ao promover práticas que respeitam os limites ecológicos e os direitos sociais. Enquanto a agroecologia propõe modelos produtivos baseados na biodiversidade e nos saberes locais, o cooperativismo oferece uma estrutura organizativa capaz de sustentar economicamente esses modelos por meio da cooperação e da solidariedade econômica. Assim, essas abordagens convergem na construção de alternativas ao agronegócio e à economia de mercado convencional, pautadas na sustentabilidade, justiça social e valorização dos territórios (Carvalho, Gimenes, 2015).

Conforme a concepção de Altieri (2007), a COOPBOA adota práticas que dialogam com os princípios da Economia Ecológica, integrando a produção econômica ao respeito aos limites ecológicos, com técnicas agroecológicas, diversificação de culturas e uso de fertilizantes naturais. Sob a ótica da Ecologia Política, a Cooperativa se posiciona como um agente de resistência frente à expansão predatória do agronegócio na região. Valoriza a autonomia comunitária, os direitos territoriais e a gestão coletiva dos recursos naturais, fortalecendo a justiça socioambiental e a soberania alimentar das populações locais. A Cooperativa representa um modelo inovador de desenvolvimento sustentável na Amazônia, conjugando: Dimensão econômica (geração de renda e acesso a mercados); Dimensão social (empoderamento de mulheres e comunidades quilombolas); e Dimensão ambiental (práticas agroecológicas e conservação dos recursos naturais).

O propósito socioeconômico da COPPBOA tornou-se um exemplo de economia ecológica, argumentado por Heidemann (2014), ao referenciar as políticas de desenvolvimento que precisam superar o economicismo e considerar a complexidade dos sistemas sociais e ambientais. Nessa analogia, Altieri (2007) reforça a promoção da justiça ambiental como eixo central da economia ecológica.

Para Vázquez Barquero (2001), o cooperativismo é uma forma de articulação dos atores locais e de fortalecimento da economia territorial. Trata-se de uma organização socioeconômica baseada nos princípios da ajuda mútua, autogestão, participação democrática e distribuição equitativa de resultados. Na literatura, o cooperativismo é amplamente reconhecido como uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, ao priorizar as necessidades dos associados em vez do lucro (Singer, 2002).

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), os princípios cooperativistas incluem adesão voluntária, gestão democrática e interesse pela comunidade, o que torna esse modelo particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e restrições aos mercados formais, contexto muito comum na Amazônia brasileira.

3.3 Modelagem de Negócios

Segundo Finocchio Junior (2013), o Project Model Canvas (PMC), é considerado uma ferramenta de gestão de projeto, trata-se de uma forma ágil e colaborativa de criar o plano de projeto, descrevendo seus treze componentes, baseados em questões que fazem parte de qualquer projeto. Desse modo, o PMC pode auxiliar os membros do projeto na compreensão referente ao desenvolvimento do projeto.

O *Business Model Canvas* (BMC) é uma ferramenta de gerenciamento estratégico, criada por Alexander Osterwalder e Yves Pigneur, desenvolvida no início dos anos 2000, tendo seu uso popularizado em 2010, que permite desenvolver os principais pontos do modelo de negócio. O BMC detalha os elementos de um modelo de negócio em nove blocos, dentre eles: segmentos de clientes, proposta de valor, canais, relação com os clientes, fluxo de rendimento, recursos-chave, atividades-chave, parcerias-chave e estrutura de custos.

3.4 Políticas Públicas acessadas pela COOPBOA

As políticas públicas acessadas pela cooperativa são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PNAE é uma política governamental estabelecida pelo governo brasileiro em 2009, por meio da Lei nº 11.947/2009. O programa estimula o desenvolvimento na qualidade alimentar dos estudantes brasileiros, apresenta uma estratégia que visa ofertar alimentação escolar e ações

pertinentes à educação alimentar e nutricional, beneficiando todos os estudantes da educação básica pública, que abrange integralmente as etapas da educação básica ofertada nos estados, municípios e escolas federais (Brasil, 2009).

Nesse cenário, o Governo Federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas anuais conforme o calendário escolar dos meses de fevereiro a novembro, com o intuito de assegurar a alimentação escolar, cerca de 200 dias letivos. O repasse financeiro ocorre em conformidade ao número de matriculados em cada rede de ensino. De acordo com a Lei nº 11.947/2009, o financiamento do programa que é regulado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que estabelece uma tabela para o repasse às escolas completadas, o cálculo compreende o valor atribuído por estudante de acordo com a etapa e modalidade de Ensino multiplicado pela quantidade de alunos. Conforme o FNDE, o repasse é organizado da seguinte forma: Creches - R\$ 1,07; Pré-escola - R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas - R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio - R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos - R\$ 0,32; Ensino integral - R\$ 1,07 e Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - R\$ 2,00.

A Lei nº 11.947/2009 autoriza, a porcentagem mínima cerca de 30%, do valor repassado pelo Programa deve ser investido na compra direta de produtos que se originam da agricultura familiar, visando o estímulo do desenvolvimento econômico e sustentável. Por seguinte, a fiscalização do PNAE sucede-se por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelos órgãos de controle do governo federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, com o estabelecimento na Lei nº 14.628/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 11.802/2023, com o objetivo de promover o acesso à alimentação para pessoas em situação de vulnerabilidade e incentivar a produção da agricultura familiar. O programa estabelece a compra alimentos do governo diretamente dos pequenos produtores e os distribui para instituições como escolas, hospitais e cozinhas comunitárias. Além de garantir alimentos saudáveis para quem precisa, o programa fortalece a economia local e contribui para a soberania alimentar (Brasil, 2024).

4 RESULTADOS

Atualmente, a COOPBOA tem como presidente o comunitário Francisco Tarcísio de Lima Rabelo e aproximadamente 156 cooperados. O funcionamento seu possui autorização municipal, sendo realizada da seguinte maneira: a cooperativa determina um público alvo consumidor, posteriormente, faz a disponibilização para a venda dos produtos oriundos da agricultura familiar nos

mercados e supermercados locais. Existe a possibilidade de venda dos produtos determinados ao PNAE e PAA.

No âmbito organizacional, a cooperativa dispõe normas a serem seguidas pelos integrantes. De acordo com informações obtidas por meio do presidente para a participação da cooperativa, para tornar-se um cooperado, o comunitário deve apresentar o Cadastro Ambiental Familiar (CAF) ou Cadastro Ambiental Rural (CAR). Vale observar que existe a possibilidade de o morador estar apenas associado na cooperativa e não participar das atividades, assim, não tendo seus devidos direitos e benefícios dentro da cooperativa. O intuito da COOPBOA é ser reconhecida através da certificação da Prefeitura Municipal de Santarém, com base na execução das normas de inspeção sanitária.

De forma organizacional, todos os cooperados devem deixar uma porcentagem de lucros para a manutenção da cooperativa, correspondente a 25%. Além disso, conforme a administração, os cooperados não podem comprar produtos de terceiros para serem processados na cooperativa, os produtos devem ser comprados apenas de agricultores cadastrados. Em relação ao uso de fertilizantes nos produtos devem ser obrigatoriamente de espécie orgânica com base na Lei Municipal nº 21.911, de 25 de Abril de 2023. Com isso, após a implantação do terreno voltado para a produção da cooperativa, foi determinada a fiscalização como forma de segurança aos processamentos dos produtos.

Diante desse cenário, a COOPBOA adotou como estratégia permitir aos associados a possibilidade de agregação de um melhor preço aos seus produtos, pois a cooperativa tem convênio com a prefeitura de Santarém para a compra de produtos alimentícios para o PAA do governo federal. Os comunitários que não são associados, não possuem essa vantagem e utilizam o recurso do atravessador para escoar seus produtos. Além disso, nos últimos anos a Cooperativa tem desenvolvido estratégias de comercialização voltadas para fortalecer a agricultura familiar, ampliar o acesso a mercados e agregar valor à sua produção. Entre as principais estratégias adotadas destacam-se as apresentadas no **Quadro 1**, abaixo.

Quadro 1 - Estratégias desenvolvidas na COOPBOA

Nº	Estratégia	Descrição	Efeitos Socioeconômicos
1	Participação em Programas Governamentais	Comercialização por programas como PAA e PNAE, garantindo mercado seguro e previsível para os cooperados.	Empoderamento de Mulheres e Populações Quilombolas
2	Diversificação de Produtos	Ampliação do portfólio para hortifrutigranjeiros, polpas de frutas, compotas, doces e geleias, atendendo diversas demandas do mercado em Santarém	Geração de Trabalho e Renda
3	Certificação e Qualidade dos Produtos	Recebimento do Selo de Inspeção Municipal (SIM) e investimentos em boas práticas de fabricação, permitindo acesso a novos mercados.	Acesso a Políticas Públicas e crédito rural
4	Atuação em Feiras e Mercados Locais	Participação em feiras e eventos regionais, fortalecendo a marca, aumentando a visibilidade e a circulação dos produtos na cidade e regiões.	Incentivo à abertura de mercado
5	Fortalecimento da Identidade Territorial	Valorização da origem quilombola e agroecológica dos produtos, agregando valor e atraindo consumidores conscientes.	Preservação dos Recursos Naturais
6	Capacitação e Assistência Técnica	Investimento em qualificação dos cooperados em produção, processamento e gestão, em parceria com o Sistema OCB/PA e outras instituições.	Promoção da inovação alinhado à agricultura de base agroecológica.
7	Exploração de Novos Canais de Venda	Expansão para plataformas digitais, cestas agroecológicas e compras coletivas, ampliando a base de consumidores e a comercialização direta.	

Fonte: Elaborado pelos autores conforme o estatuto da COOPBOA, 2025.

Para tanto, é notório que as estratégias de comercialização e mercado implementadas pela COOPBOA não apenas impulsionam o crescimento econômico da cooperativa, como também geram efeitos positivos amplos, promovendo inclusão social, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar no contexto amazônico. Assim, a COOPBOA consolida-se como um exemplo de modelo produtivo solidário, sustentável e integrado às demandas contemporâneas de consumo responsável e desenvolvimento territorial.

4.1 Funcionamento da COOPBOA

A comercialização dos produtos da COOPBOA por meio PNAE, PAA, bem como a participação em feiras agroecológicas e da venda direta para consumidores conscientes. O acesso da instituição ao PNAE no município de Santarém iniciou em 2016, sendo consolidado até o presente momento. Além disso, no ano de 2020, foi estabelecida a parceria da cooperativa com o Instituto Federal do Pará- Campus Santarém para a Comercialização de Produtos via PNAE.

Portanto, reflete-se que o Estado brasileiro nos últimos anos está promovendo políticas públicas para o alcance da agricultura de base familiar. Com a realização do estudo, observou-se que acesso às políticas de alimentação anteriormente citadas ainda é um desafio para as cooperativas locais, dado que o processo de chamada pública feito pelas instituições educacionais requer a burocratização de documentos obrigatórios, em que a maioria das cooperativas não dispõem da judicialização necessária para competir no processo de chamada pública para a aquisição do PNAE, PAA E PRONAF. Logo, o estado faz-se insuficiente quanto ao acesso das políticas públicas pelas cooperativas, uma vez que não é feito o assessoramento sobre a burocratização e administração com essas instituições para viabilizar o acesso delas às políticas públicas.

4.2 Desafios e Estratégias da COOPBOA

Um dos desafios da cooperativa é o avanço do agronegócio que está acabando com a produção agrícola familiar. Conforme a afirmativa de um dos entrevistados, feita no dia 2 de maio de 2025, "a agricultura familiar caiu em torno de 80% na Boa Esperança ". Tal fato advém, sobretudo, do avanço do capital através da monocultura da soja, que representa uma ameaça à comunidade, aos seus moradores, ao meio ambiente e aos valores culturais deste lugar que foi constituído historicamente de características tradicionais.

Existe uma dificuldade em conseguir conversar com os pequenos produtores, pois muitas vezes eles não estão presentes na região central da comunidade, estando na maioria das vezes em suas lavouras que podem ser distantes.

Apesar das oportunidades alcançadas desde a sua criação, a COOPBOA também enfrenta desafios típicos da região amazônica, a instituição apresenta dificuldades para obtenção de demais certificações específicas, exigências sanitárias e competitividade de preço, a gestão administrativa, no que se refere à Capacitação técnica, gestão coletiva e renovação geracional que impactam na articulação estratégica para o alcance de mercado. Como desafios externos, observamos a logística de transporte tanto para a chegada dos alimentos e acesso a financiamento público, insegurança institucional diante de mudanças nas políticas federais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COOPBOA representa uma experiência concreta de desenvolvimento endógeno, articulando atores locais, conhecimento tradicional, recursos territoriais e políticas públicas. Sua atuação comprova que a agroecologia não é apenas uma técnica agrícola, mas um projeto de transformação social, ambiental e econômica, ressaltando a necessidade da construção de uma agenda de políticas públicas que valorizem a diversidade, a sustentabilidade e a autonomia dos territórios.

No âmbito comunitário, bem como no ambiente da cooperativa é fundamental o conhecimento das técnicas agroecológicas.

Do mesmo modo é imprescindível o conhecimento sobre as políticas públicas, que em sua estrutura contém determinadas ações de incentivo, objetivando a expansão da produção de base familiar por meio dos Programas alimentares citados. Para tanto, com a realidade apresentada neste artigo sobre a atividade agroecológica em espaços rurais, esperamos destacar a importância da COOPBOA como uma organização que fomenta o potencial ecológico presente na comunidade Boa Esperança, através da valorização da agricultura familiar.

6 REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados Físicos e Financeiros do PNAE**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar-MDA. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acesar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CARVALHO, A. I. GIMENES, R. M. T. **Agroecologia e cooperativismo como estratégias de desenvolvimento rural sustentável**. Revista Extensão Rural, 22(1), 27–46, 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a segurança alimentar e nutricional na crise da Covid-19: PL 786A/2020 e propostas do Congresso Nacional**. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec231Pnae.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FINOCCHIO JUNIOR, J. **Project Model Canvas**. Ed.Campus, 2013.

GAIGER, L. I. **Cooperativismo e economia solidária: convergências e tensões**. Revista Política & Sociedade, 3(5), 45–64, 2004.

HEIDEMANN, F. G. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UnB, 2014.

MARTINEZ; Joan Allier. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

OCB/PA. **COOPBOA**. Disponível em: <https://paracooperativo.coop.br/sistema-ocb-pa/cooperativas/coopboa>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PETERSEN; Paulo. **Construindo uma ciência agroecológica: diversidade de paradigmas e metodologias**. In: Anais do Congresso Latino-Americano de Agroecologia. 2009.

PREFEITURA DE SANTARÉM. **Cooperativa de Boa Esperança é certificada com o selo SIM da Prefeitura de Santarém**. 2022. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/agricultura-e-pesca/cooperativa-de-boja-esperanca-recebe-incentivo-da-prefeitura-com-o-selo-do-sim-4kvobz>. Acesso em: 15 maio 2023.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Guia PMBOK**. 2025. Disponível em: <https://www.pmi.org/standards/pmbok>. Acesso em: 15 jun.2025.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Sobre o PMI**. Disponível em: <https://www.pmi.org/#>. Acesso em: 30 jun.2025.

SANTARÉM (PA). **Lei Nº 21.911, de 25 De Abril 2023**. Dispõe Sobre a Concessão de Utilidade Pública Para o município de Santarém á Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade Boa Esperança- COOPBOA: Santarém, prefeitura de Santarém, 2023.

SANTOS, André das Chagas; COSTA, Izaura Cristina Nunes Pereira. Território e povoamento na Amazônia: o caso da comunidade de boa esperança, Santarém (PA). **Revista Amazonia Investiga**, v. 9, n. 31, p. 52-63, 2020.

SISTEMA OCB. **Sistema OCB Fortalecendo o movimento cooperativista em todo o Brasil**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/sistemaocb>. Acesso em: 30 jun.2025.

EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE CATRAIEIROS DE ALTER DO CHÃO

Rosinete Santos Dos Reis

Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Oeste Do Pará (Ufopa)
E-mail: rosinete.reis72@gmail.com

Luciane Sousa Santos

Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)
E-mail: lusousantos55@gmail.com

Sabrina Malcher Sousa

Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)
E-mail: sabrinamalcher20@gmail.com

Resumo: Este artigo busca descrever a experiência da Associação dos Catraieiros de Alter do Chão como um exemplo de empreendedorismo de base comunitária. Para este trabalho foi utilizada uma abordagem qualitativa, com técnicas de pesquisa como entrevistas com membros da associação, registros fotográficos, levantamento e análise documental e observação participante, a partir da experiência de uma das autoras deste artigo que atuou como secretária da associação. A associação é composta por 100 associados, dentre eles, homens, mulheres e jovens, de forma organizada. O estudo destaca a importância do serviço dos catraieiros para fortalecer a economia local.

Palavras-chave: Associativismo; Catraieiros; Empreendedorismo social; Economia Solidária; Turismo de base comunitária.

1 INTRODUÇÃO

Situada no Município de Santarém, às margens direita do Rio Tapajós, no Oeste do estado do Pará, a uma distância de 34 km da cidade, acessível pela PA-457 (Rodovia Everaldo Martins), a vila/aldeia de Alter do Chão é um dos destinos mais procurados da Amazônia brasileira, amplamente conhecida por suas belas praias de água doce e por uma rica expressividade sociocultural. Embora conhecida no cenário nacional e internacional, Alter do Chão é um território indígena, onde as práticas tradicionais e de modo de vida comunitário coexistem com os desafios e oportunidades advindos da expansão do turismo predatório (NEPES/UFOPA, 2025).

Nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária (TBC), como aquele praticado pelos Catraieiros de Alter do Chão, tem se consolidado como uma estratégia alternativa de desenvolvimento que valoriza os saberes locais, promovendo o protagonismo comunitário, economia solidária, e o fortalecimento das identidades territoriais. “Catraieiros” é o nome utilizado para descrever o trabalho que é realizado por homens que utilizam de pequenas embarcações artesanais de madeira, conhecidas

por catraias, para transportar turistas até o outro lado da praia, em frente à orla, onde fica a chamada “Ilha do Amor”. A Ilha do Amor é uma ponta de areia que permanece visível o ano inteiro, mas que durante o período de cheia, suas áreas mais baixas ficam cobertas pela água, assim como as barracas construídas de palhas, também conhecidas como “malocas” que vendem comidas e bebidas aos visitantes, principalmente aos fins de semana.

De acordo com Rodrigues (2024), O TBC trata-se de uma prática construída coletivamente, que articula modos de vida, saberes tradicionais e resistência cultural. Para o ICMBio (2018), o TBC é um modelo de turismo estruturado nas narrativas da coletividade das comunidades locais.

Entretanto, mesmo que esta modalidade represente uma expressão do turismo comunitário, fortaleça a cultura, o trabalho coletivo organizado, a tradição, a Associação dos Catraieiros de Alter do Chão vivência múltiplos desafios ao realizarem o trabalho braçal de travessia como transporte fluvial de moradores da comunidade e turistas de toda parte do mundo.

Dessa forma, este trabalho tem como **objetivo geral** discutir a experiência da Associação dos Catraieiros como uma prática de Empreendimento Comunitário e de Turismo de Base Comunitária. Como **objetivos específicos** busca-se apresentar o histórico e a organização da Associação dos Catraieiros e identificar os principais desafios e estratégias adotadas pelos catraieiros para manter a atividade que movimenta a economia local de maneira endógena mantendo a tradição desde 1980.

A escolha por esse trabalho se justifica pela importância da atividade dos catraieiros no contexto do turismo local e por ser uma representatividade de organização comunitária que integra a cultura e o modo de vida de Alter do Chão, sendo inclusive considerados como Patrimônio Cultural, Histórico e Imaterial de Santarém através da Lei Municipal nº 21.490/2022⁹.

Assim, compreender como a Associação atua frente aos desafios para manter sua atividade no mercado, das políticas públicas e das pressões do turismo de massa, é importante a discussão sobre essa atividade desempenhada pelos catraieiros e amplia o debate sobre formas mais justa de incentivo ao empreendedorismo local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO – CONCEITUAL: O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

O Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2025).

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/04/05/catraieiros-sao-reconhecidos-como-patrimonio-historico-e-cultural-imaterial-de-santarem.ghtml>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Os autores Rios e Barros (2021) afirmam que: “O Turismo de Base Comunitária deve ser um modo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo”.

Para Zanetoni *et al.*, (2019) entre vários modelos de turismo, o TBC se destaca por agregar valor para a região e suas populações, buscando assim valorizar os aspectos socioculturais do ambiente em que trabalha. É nesse ambiente que se envolvem outros agentes, que fazem parte do chamado no linguajar administrativo de “ecossistema de negócio”, esses agentes podem influenciar no desempenho dos empreendimentos de diversas formas.

3 METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa, com técnicas de pesquisa como: entrevistas com roteiro semiestruturado, levantamento e análise documental e observação participante, a partir da experiência de uma das autoras deste artigo que atuou como secretária da associação entre os anos de 2004 e 2006. As entrevistas foram realizadas com quatro associados: o Sr. Antônio Sardinha, atual presidente da associação, um associado, filho do primeiro presidente; Cidelme Costa Pimentel, que partilhou memórias e arquivos do pai; outra entrevista foi com o segundo presidente, o Sr. Gregório de Farias, hoje com 80 anos de idade, já aposentado, e com um sócio e catraieiro de 80 anos, o Sr. José Antônio da Costa que foi catraieiro por mais de 40 anos, e em 2024 teve que deixar o serviço devido às condições de saúde.

Além das entrevistas, foram analisados documentos históricos como a *Ata de Fundação da Associação* e realizados registros fotográficos, tanto dos momentos de entrevistas quanto da atuação dos catraieiros em seu cotidiano, especialmente durante o horário de travessia no Lago Verde para a Ilha do Amor (mais fotografias estão em **anexo**, ao fim do texto).

A Travessia para a Ilha do Amor é, segundo Antônio Cleydson (2025), o principal atrativo turístico de Alter do Chão. O trabalho realizado pelos catraieiros, que transportam pessoas de um lado para o outro da praia do Lago Verde, “remando” em pequenas embarcações chamadas catraias. Esse tipo de remo, também conhecido como “faias” são feitos artesanalmente com madeira de árvores específicas, como Tapiririca, Marupá e Envira-preta.

O uso desses materiais buscou complementar a narrativa oral, enriquecendo a análise com elementos visuais e registros oficiais.

As fotografias abaixo demonstram os momentos das entrevistas, bem como os sujeitos entrevistados.

Fotografia 1 – Entrevista com o Sr. Gregório de Farias



Fotografia: Nete Reis, em 19/05/2025, 14h04, Alter do Chão, Santarém –PA.

Fotografia 2 – Entrevista com o Sr. José Antônio



Fotografia: Nete Reis, em 19/05/2025, 14h18, Alter do Chão, Santarém –PA.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A Associação de Catraieiros de Alter de Chão, Santarém-PA

A Associação dos Catraieiros de Alter do Chão, é um exemplo de empreendedorismo comunitário de forma organizada coletivamente, carrega sua identidade local, gera renda de forma autônoma e enfrenta muitos desafios. Nos últimos anos a associação tem sentido os impactos pela ausência de políticas públicas voltadas ao turismo de base local. Apesar de toda essa cultura expressiva do trabalho artesanal desenvolvida pelos catraieiros, do desenvolvimento ecológico, da preservação ambiental, as ações governamentais muitas das vezes não alcançam as bases comunitárias, deixando as associações como a exemplo dos catraieiros de Alter do Chão sem o apoio financeiro necessário para seu fortalecimento. Vale ressaltar que eles enfrentam dificuldades financeiras que não se restringem apenas a renda individual, elas também afetam os investimentos na

sede da associação, nas condições de trabalho e apoio aos próprios associados. Assim como nos períodos de baixa temporada em que o rio fica seco e eles ficam por mais de seis meses sem trabalho, nesse período eles buscam outros tipos de serviços como pedreiro, domésticos, garçom, entre outros, para manter as contas em dia e o sustento da família.

Diferente do turismo convencional, não apenas pelo tipo do trabalho, mas principalmente porque eles partem do princípio dos vínculos afetivos e sociais da comunidade respeitando as tradições, participam ativamente nas ações sociais realizadas em prol da comunidade, e porque são pessoas que vivem o dia a dia da realidade local.

De acordo com as entrevistas obtidas por alguns dos primeiros catraieiros da associação, como citado acima na metodologia, Gregório de Faria foi o segundo presidente da associação, ele fez um breve relato da história:

Tudo começou no ano de 1980 no dia 22 de fevereiro, com uma brincadeira de moleque. Eles iam para a beira do rio tomar banho e por lá ficavam pulando na água e quando aparecia alguém querendo ir pro outro lado da ilha, eles se ofereciam para levar nas canoas que sempre ficava nos “mourões” nome que se dar a uma vara de pau que é fincada para segurar as canoas que ficam amarradas por uma corda lá na beira do rio, e assim eles ficam durante a semana. O tempo foi passando, e o que começou como uma brincadeira foi dando certo e viram que a ideia de atravessar pessoas nas canoas para a Ilha do Amor era algo interessante e que poderiam ganhar dinheiro com isso, visto que não tinha outro meio de ir para o outro lado da ilha. (Seu Gregório de Faria, 2025).

Daí em diante, os comunitários resolveram se organizar e antes do seu Vanderley houve um outro senhor que ajudou a organização, mas que não prosseguiu e então convidaram o Sr. Vanderlei Viana Pimentel (já falecido) que naquele tempo formou uma comissão de moradores nativos e começou a articular o trabalho de canoas para o outro lado da ilha com os “moleques” que gostavam de “catraiar”. Como naquele tempo ainda não tinha organização institucional, foi criada uma comissão que posteriormente decidiu eleger um coordenador para tomar a frente e elegeram o seu Vanderley Viana.

Cidélme Costa, filho de Vanderley Viana, contou-nos que seu pai falava que: “[...] no início eles utilizavam as canoas a remo, e em troca da travessia eles ganhavam alguns objetos, não tinha preço”.

Conforme a fala dos sócios entrevistados e documentos apresentados nas entrevistas, os comunitários viram uma oportunidade de trabalho rentável para ajudar algumas famílias que nesse tempo não tinham outras oportunidades de trabalho e precisavam sustentar os filhos. Inicia-se a partir daí uma organização de serviço de transporte fluvial utilizados por pequenas embarcações conhecidas por canoa. Outro relato foi feito pelo Sr. José Antônio que compartilhou uma lembrança marcante: “[...] naquela época não tinha outro tipo de embarcação, a não ser o barquinho do Simão que era quem fazia as viagens levando os times de futebol para as comunidades e passeios de barco”.

Pimentel (2011), descreve que um dos fatores importantes para acelerar a regulamentação da catraia, foi por causa do problema que era o valor cobrado, pois não existia uma tabela com os preços do serviço e não havia organização na hora de deixar as canoas na beira do rio, não havia fila e cada um que chegava ia colocando a sua catraia. Mas o que se tem conhecimento, é que cada travessia naquele tempo custava em média CR\$1,00 (um cruzeiro). Os turistas eram disputados, sempre ganhava aquele que tinha a maior catraia (canoa), não havia controle de lotação de passageiros. A lotação era de acordo com o que a embarcação aguentava o peso.

Os anos foram passando e como a Associação estava crescendo viu-se a necessidade de buscar regularizar a situação mediante as leis. Foi então que houve a primeira eleição para presidente da associação, e elegeram o Sr. Vanderley Viana (já falecido). A partir daí as coisas foram melhorando e impulsionando o turismo sustentável sempre mantendo a tradição como o uso de faia (tipo de remo) com argolas feitas de ferro colocadas à beira da canoa para remar. De acordo com os relatos dos entrevistados, os catraieiros sempre estiveram presentes nos movimentos sociais da vila e a catraia ficou bastante conhecida pela forma do trabalho coletivo, e como a associação passou a melhorar seu trabalho e organização, houve urgência para regularizar a situação da associação para conseguir apoio financeiro, haja visto que eles precisavam melhorar o serviço que antes não era tão visado e começaram a padronizar.

4.2 Da Organização, cooperação e construção coletiva

Para Pimentel (2011), o processo de criação da Associação dos Catraieiros não foi simples e envolveu o esforço de diversas pessoas comprometidas com a causa, e em 14 de outubro de 2002, foi criado o estatuto da entidade e após ter sido aprovado por 42 pessoas presentes, de acordo com a ata de fundação, foi realizada a primeira eleição tendo como primeiro presidente o Sr. Vanderley Viana Pimentel.

Atualmente a Associação está toda legalizada com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e funciona dentro dos amparos legais, ou seja, rigores da Lei. Podendo assim, firmar contratos com entidades públicas ou privadas, receber repasse de dinheiro de projetos, patrocínios, reivindicar melhorias em prol da associação e comunidade em geral (Pimentel, 2011, p.21).

Atualmente, a Associação é formada por homens e mulheres, mas na maioria por homens, no total de 100 associados, devidamente cadastrados com regras definidas internamente entre os associados, e mais 38 pessoas que exercem o serviço só de catraieiro (catraieiros que não possuem canoas), são pessoas que vem de outras comunidades ribeirinhas próximas de Alter do Chão, em busca de trabalho e procuram a associação para trabalhar. Para atuar como catraieiro, além de estar devidamente associado, é necessário cumprir determinadas obrigações coletivas. Entre elas destaca-se a participação na limpeza da praia, realizada semanalmente, colaboração em mutirões de limpeza

no cemitério local sempre que convocados, além da contribuição com uma mensalidade para manter o funcionamento da associação.

Essa contribuição que antes era de R\$ 5,00, foi reajusta de acordo com a participação dos sócios em reunião de assembleia geral e passou para R\$10,00 durante o período de baixa temporada e de R\$ 20,00 na alta temporada para ajudar a custear despesas como elegia elétrica, manutenção da sede, regularização documental (como CNPJ e taxas) e demais necessidades administrativas. Além disso, a tarifa cobrada pela travessia também foi reajusta e atualmente varia entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00, dependendo do ponto de desembarque, estabelecendo uma importante fonte de renda tanto para a associação, quanto para os catraieiros.

No que diz respeito à conduta profissional, é expressamente proibido o uso de bebida alcoólica durante o horário de trabalho. Caso essa ou outras normas não sejam descumpridas, o associado ou catraieiro pode sofrer advertência ou até mesmo suspensão, conforme regime interno da entidade. Além disso, o catraieiro deve estar devidamente de uniforme, obedecer a critério de fila para embarque e desembarque, o uso de coletes e respeitar o total de lotação e valor para travessia.

Além da travessia, principal atrativo que é feita da Orla de frente a Vila para a Ilha do Amor, os catraieiros historicamente sempre fizeram e fazem passeios até outras pontas de praias ao redor do lago verde como a Ponta Valéria, Floresta Encantada, Igarapé do macaco, Lago do Jacundá, Ponta do Cururú, Muritiapina, Pirarucurí, e trilha da Serra Piroca (Piroca - morro alto de serra pelada). Ilha de Santana e Lago do Caruarí, proporcionando aos visitantes uma experiência imersiva no território conforme a demanda e disponibilidades das canoas. Esses pontos de destino fazem parte da organização que estabelece critérios para garantir a segurança dos passageiros, o respeito ao meio ambiente e a valorização da cultura local.

Ressalta-se que uma das autoras deste artigo atuou como secretária da associação no período de 2004 a 2006, além de também ter sido associada. Essa vivência possibilitou acompanhar de perto os processos organizativos da entidade, incluindo reuniões, registro de ata, participação em eventos, na identidade visual como a criação da logomarca (**Figura 1**), que hoje é destaque na farda oficial dos catraieiros. Também foi articulada pela primeira vez, a participação da associação no desfile cívico de 5 de setembro, promovido pela Escola Indígena Borari de Alter do Chão. Hoje, a Associação é um referencial com participação máxima dos seus associados. A atuação direta como sócia, permitiu ainda presenciar as dificuldades enfrentadas para consolidar o empreendedorismo coletivo, como a falta de apoio financeiro e ausência de políticas públicas voltadas à economia local. A **Figura 1**, abaixo, mostra a logomarca da associação.

Figura 1 – Logomarca da Associação dos Catraieiros de Alter do Chão



Fonte: Instagram da Associação (@catraieirosdealter)

Recentemente, de acordo com o Sr. Antônio Sardinha:

[...] em fevereiro de 2025, a associação teve pela primeira vez o bloco da catraia sendo inserido na programação cultural da prefeitura municipal na orla de Alter do Chão e isso é um orgulho pra nossa associação, conseguimos cestas básicas, a gente movimenta a sede hoje com campeonato e festas.

Para os catraieiros, participar pela primeira vez da programação oficial de carnaval promovido pela prefeitura municipal no carnaval 2025, com um bloco, representou um sentimento de pertencimento e reconhecimento pelo seu trabalho ao serem convidados para este evento. A seguir, abordam-se os principais desafios enfrentados pelos catraieiros da associação.

4.3 Os desafios

A experiência da Associação dos Catraieiros de Alter do Chão, revela a força do empreendedorismo comunitário e solidário na construção de um turismo de base comunitária sustentável que tem esse cuidado com a valorização do território e com os saberes locais.

Manter essa tradição, tem sido desafiador para os presidentes que por elas já passaram e continuam resistindo diariamente para manter suas atividades em meio à concorrência. Atualmente, os “lancheiros” (são, na maioria, homens que trabalham com embarcações motorizadas) que passaram a representar uma das principais formas de concorrência para os catraieiros, pelo fato dessa nova modalidade de serviço com mais de 200 lanchas ficarem muito próximas do local de embarque e desembarque de passageiros da catraia, prejudicando a travessia via catraia, por causa das ondas que se formam, e podem causar algum acidente com passageiros.

Além de tirar boa parte dos passageiros que antes iam mais por canoas, e agora preferem as embarcações motorizadas, tem gerado tensões, fazendo com que a categoria perca a visibilidade, e no período de seca, por exemplo, quando o nível das águas diminui, muitos catraieiros são obrigados a parar suas atividades, o que compromete ainda mais a sua renda.

Para o presidente, Sr. Antônio Sardinha:

Um dos maiores desafios da associação é se manter viva dentro de uma história, com o crescimento desordenado das lanchas, sendo uma associação e a outra uma cooperativa em média de duzentas lanchas (200) ‘teoricamente legalizadas’ e com isso, dois dos maiores desafios se encontra em afastar as lanchas de perto da área das canoas, e a outra é as cinquenta (50) lanchas clandestinas que chegam para fazer travessia que teoricamente essas lanchas são para passeio, também estão fazendo travessia e isso vai diretamente contra o nosso trabalho e a gente vê que isso é uma concorrência desleal com a associação dos catraieiros, além da poluição sonora, visual e poluição dos rios.

Outro ponto crítico mencionado nas entrevistas é a exigência de novas pinturas nas canoas em tempos de eventos e coletes exigidos pela marinha. Embora compreendam a importância da segurança, os catraieiros não recebem suporte financeiro para cumprir tais exigências. Muitas vezes, a única ajuda recebida da gestão municipal é a entrega de cestas básicas.

Além da sazonalidade, outro desafio enfrentado pela categoria está diretamente relacionado com as mudanças do rio durante o ano. Em determinados períodos, quando o rio está muito cheio, grande parte das praias desaparece e o fluxo de turistas diminui, o que impede um pouco o trabalho, mais ainda conseguem alguma renda mesmo que seja pouca. Por outro lado, nos meses de seca as canoas ficam paradas, e durante este tempo os catraieiros ficam sem nenhuma renda e buscam trabalhar no serviço de pedreiro, garçom, cozinheiro, dentre outros.

Em abril de 2022, a Associação foi reconhecida pela Lei Municipal nº 21.490/2022 como Patrimônio Cultural de Natureza Material e Imaterial do município de Santarém-PA (SANTARÉM, 2022). Apesar desse reconhecimento, isso ainda não se traduziu em melhorias concretas nas condições de trabalho para a entidade. Frente a esse cenário, é importante repensar novas políticas de estratégias para apoiar o empreendedorismo comunitário de base em territórios como Alter do Chão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este trabalho buscou descrever a experiência da Associação dos Catraieiros de Alter do Chão como uma prática de empreendimento turístico de base comunitária. A pesquisa evidenciou a importância desse trabalho, que desde 1980 contribui para o desenvolvimento sustentável de diversas famílias locais e para o fortalecimento do turismo no município de Santarém – PA.

As entrevistas com representantes da associação revelaram o esforço contínuo dos catraieiros para manter a atividade, mesmo diante dos desafios como a falta de apoio financeiro e a concorrência

desleal de embarcações de lanchas motorizadas clandestinas e com as outras associações, que atualmente funciona com mais de 200 lanchas. Entretanto, apesar das dificuldades, a associação permanece ativa, organizando o trabalho dos 100 associados e garantindo geração de emprego e renda.

Vale destacar que atividade braçal, além de ser cansativa, ela expõe os catraieiros diretamente ao sol por mais 11h por dia, haja visto que tem muitos catraieiros que precisam passar a semana na beira do rio na travessia por não ter outra renda. No entanto, os catraieiros se sentem felizes por ter essa atividade como meio de sobrevivência e fazer parte da identidade cultural de Alter do Chão, sendo uma das principais atrações durante eventos tradicionais como o Sairé.¹⁰

A resistência e luta dos catraieiros demonstra o compromisso com o desenvolvimento sustentável, o respeito pela expressão cultural, pela tradição local e por manter viva essa prática comunitária muito importante para a economia local.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. (ICMBio).

Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação. Princípio e diretrizes. Brasília, DF: ICMBio, 2018.

MELO, Thiago Sebastião de; RODRIGUES, Milena Manhães. Aquilombar com a universidade: Apontamentos sobre turismo de base comunitária como elemento de fortalecimento de territórios quilombolas. **Revista Latino-Americana De Turismologia / Relat**, 2024.

NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE ESPAÇO, POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL (NEPES). **Relatório de autodemarcação da terra indígena Borari de Alter do Chão.** Santarém: Ufopa, 2025. 54 p. ISBN 978-85-65791-80-9 (E-book). Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/2544>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PIMENTEL, Cidelme Costa. **Associação dos Catraieiros no contexto turístico, sócio-político e econômico de Alter do Chão de 1997 a 2009.** 2011.

RIOS, Ana Paula; BARROS, Marina de Araújo. **Entendendo os princípios do Turismo de Base Comunitária.** Secretaria do Meio Ambiente de São Luiz-MA, 2021.

SANTARÉM. Lei Nº 21.490/2022. **Declara Patrimônio Histórico-Cultural Imaterial Do Município De Santarém, Os Catraieiros, Da Vila Balneária De Alter Do Chão.** Disponível em: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/legislacao/leis/lei-no-21490-de-21-de-marco-de-2022-623dbca156ecc>. Acesso em 18 jun. 2024.

SILVA JUNIOR, N. G. da. Empreendedorismo e o desenvolvimento local. **Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração**, v. 4, n. 4, p. 216-228, 2021.

ZANETONI, João *et al.* **Ecossistema do turismo de base comunitária: uma análise a partir dos negócios com impacto social em Corumbá-MS.** Curitiba, 2019.

² Sairé é uma manifestação cultural que junta a religião e tradição baseada em cultura do povo indígena, afrodescendente e europeu, marcada por rituais e procissões.

ANEXOS

Fotografia 3 – Entrevista com o Sr. Cidélme Costa Pimentel



Fotografia: Nete Reis, em 19/05/2025, as 13h48, Alter do Chão, Santarém-PA.

Fotografia 4 – Entrevista com presidente da associação o Sr. Antônio Sardinha



Fotografia: Nete Reis, em 19/05/2025, as 13h33, Alter do Chão, Santarém-PA.

Fotografia 5 – Travessia para a Ilha do Amor



Fotografia: Nete Reis, em 22/06/2025, as 14h09, Alter do Chão, Santarém-PA.

Fotografia 6 – Terminal de passageiros da Associação dos Catraieiros



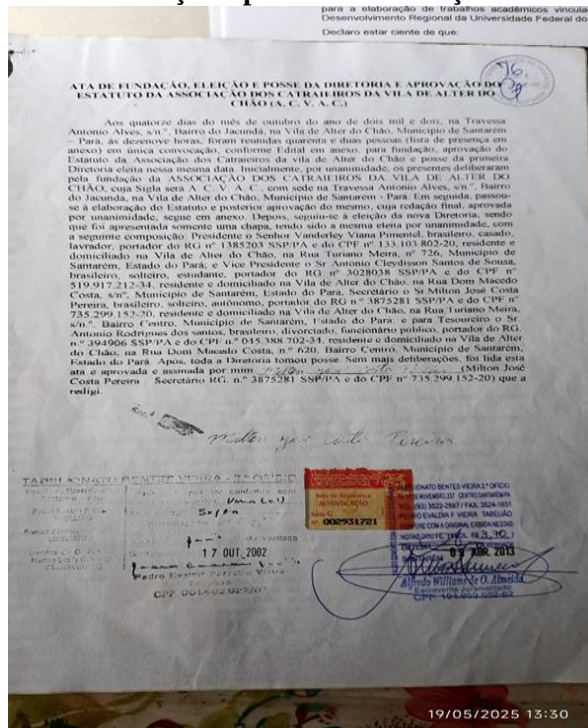
Fotografia: Nete Reis, em 22/06/2025, as 14h38, Alter do Chão, Santarém-PA.

Fotografia 7 – Catraieiros expostos ao sol nas canoas



Fotografia: Nete Reis, em 22/06/2025, as 14h28, Alter do Chão, Santarém-PA.

Figura 2 - Ata de eleição e posse da Associação dos Catraieiros



Fonte: Arquivo da Associação dos catraieiros de Alter do Chão, 19/05/2025, as 13h30, Alter do Chão.

Figura 3 – Folder sobre a Catraia com ilustração dos locais de passeio



Fonte: Associação dos Catraieiros de Alter do Chão, 2025.

PARTE 2:
ECONOMIA CRIATIVA,
INOVAÇÃO E
EMPREENDEDORISMO

ECONOMIA CRIATIVA E BIOECONOMIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O EMPREENDIMENTO DEVERAS AMAZÔNIA

Flávia Manuella ferreira Rodé

fferreirarode@gmail.com

Estudante de Graduação – Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (Ufopa)

Hevelyn Nataline Bentes da Silva²

hevelynbentesdasilva@gmail.com

Estudante de Graduação – Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (Ufopa)

Maria Eduarda Borges Saraiva³

mborgessara@gmail.com

Estudante de Graduação – Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (Ufopa)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar o empreendimento Deveras Amazônia como forma de resistência aos empreendimentos predatórios. Através de métodos qualitativos, tendo como base o levantamento bibliográfico, registros fotográficos e as entrevistas com roteiro semiestruturado, produzidas no mês de junho de 2025. Assim, o texto aborda os conceitos de: economia criativa; desenvolvimento e desenvolvimento local; bioeconomia bioecológica; iniciativas empreendedoras, saberes tradicionais e resistência no contexto amazônico, assim como as vertentes apresentadas ao contexto social e econômico produzido pela própria economia dentro do território amazônico.

Palavras-chave: Bioeconomia Bioecológica, Deveras Amazônia, Economia criativa, Empreendedorismo.

Introdução

Em contextos históricos marcados pela exploração dos recursos naturais, a economia criativa surge como uma alternativa de resistência e valorização cultural. De acordo com Reis (2008), a economia criativa compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, especialmente a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico.

O empreendimento Deveras Amazônia foi criado em 2018 por Valéria Moura, Rosa Mourão e Cláudio Monteiro, professores e pesquisadores da Ufopa, o que reforça a importância da parceria entre pesquisa acadêmica e comunidade na construção de um desenvolvimento local sustentável.

Este trabalho tem como problema central a seguinte questão: como a economia criativa e a bioeconomia podem constituir formas de resistência na Amazônia?

Justifica-se pela relevância de valorizar modelos alternativos aos empreendimentos predatórios, com o objetivo de analisar o Deveras Amazônia como uma expressão de resistência criativa e sustentável. A metodologia adotada neste artigo é qualitativa, com caráter bibliográfico,

descritivo, investigativo e documental, fundamentada em fontes provenientes de bibliotecas e plataformas como o Google Acadêmico, além de dados primários. Foram realizados procedimentos como a aplicação de uma entrevista semiestruturada (Apêndice A) com uma das fundadoras do Deveras Amazônia e registros fotográficos (Apêndice B) para subsidiar a análise. Dessa forma, o estudo promove um processo de articulação, diálogo e troca entre o saber tradicional e a academia, visando compreender o empreendimento como uma expressão de resistência criativa e sustentável.

1 Economia Criativa

O conceito de economia criativa foi usado, pela primeira vez, no Australian Report 1994 Creative Nation e desenvolvido na Inglaterra, refletindo mudanças da economia global, cujos eixos deslizam da produção de bens para os setores de serviço. As atividades criativas são abrangentes, englobando as indústrias culturais, a produção cultural e artística, as atividades de diferentes mídias e as tecnologias da comunicação (Silva; Vieira; Franco, 2019).

Segundo Reis (2008), é preciso entender a economia criativa como uma organização de setores dentro da categoria criativa. A novidade reside no reconhecimento de que o contexto formado pela convergência de tecnologias, a globalização e a insatisfação com o atual quadro socioeconômico mundial atribui à criatividade o papel de motivar e embasar novos modelos de negócios, processos organizacionais e uma arquitetura institucional que galvaniza setores e agentes econômicos e sociais.

Para Newbigin, (2010), a criatividade é um processo disruptivo que questiona os limites e os pressupostos estabelecidos. Nos leva a pensar além dos limites. A inovação é definida pelo vínculo entre o livre fluxo das ideias criativas com as realidades práticas da vida econômica. Assim, propondo um leque de alternativas ou oportunidades que elaborem a construção de novos pensamentos.

Reis (2008) ainda complementa em suas reflexões onde os maiores desafios para o fomento à economia criativa nos países em desenvolvimento é a falta de articulação de um pacto social, econômico e político entre os setores público, privado, a sociedade civil, a academia e as organizações multilaterais. A autora reforça que essa falta de comunicação resulta nos empreendimentos criativos serem usualmente associados a alto risco, gerando taxas de juro altíssimas, o que desestimula a criação desses mercados.

Desse modo, para Alves Júnior, (2023), outra abordagem importante é a criação de espaços e centros culturais dedicados à economia criativa. Esses locais não apenas proporcionam infraestrutura para artistas e empreendedores, mas também promovem a colaboração, a troca de ideias e o compartilhamento de conhecimentos entre os profissionais do setor. Compreendendo, portanto, como um proponente a criação de políticas públicas voltadas à elaboração de uma economia criativa inclusiva e diversificada dentro dos setores econômicos, sociais e políticos.

Alves Júnior (2023) demonstra como a economia criativa tem se mostrado um poderoso agente na geração de empregos e inclusão social em diversas regiões do mundo, incluindo o Brasil. Esse setor dinâmico e inovador engloba uma ampla gama de atividades culturais e criativas, impulsionando a economia e promovendo oportunidades para diversos segmentos da população. Uma das principais contribuições da economia criativa é a criação de postos de trabalho. Uma lógica assertiva quando tratado da resistência a um processo de desenvolvimento econômico predatório, para que seja adaptável às mudanças dentro do setor.

2 Do “Desenvolvimento” ao “Desenvolvimento Local”

O conceito clássico de desenvolvimento, fundado no crescimento econômico, foi radicalmente ampliado nas últimas seis décadas. O Relatório de Desenvolvimento Humano (2023-2024) do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) traz o desenvolvimento “como expansão da riqueza da vida das pessoas, não apenas da economia”, enfatizando escolhas e capacidades. Apesar disso, o paradigma centrado no desenvolvimento econômico das últimas décadas, medido exclusivamente em indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), tem agora como compreensão atual a direção para dimensões mais amplas, como qualidade de vida, justiça social, sustentabilidade ambiental e participação social. Esse contexto fortaleceu o foco teórico nas abordagens endógena e local, que se apresentam como alternativas ao modelo exógeno, “de fora para dentro” ou “de cima para baixo”, historicamente dominante nas políticas econômicas voltadas para a região amazônica.

Para Boisier (2001), o desenvolvimento endógeno é aquele “construído socialmente”, fundado nas potencialidades internas do território, e que depende de um forte capital humano, social e institucional.

Barquero (2007) argumenta que o desenvolvimento local resulta das ações e redes territoriais que inovam e cooperam, gerando formas sustentáveis e democráticas de crescimento socioeconômico. Esses processos descentralizados envolvem a ativação e utilização de recursos naturais e humanos, bem como a articulação entre diferentes atores.

Esse modelo também pode ser compreendido a partir da abordagem de Mazzucato (2021), que propõe o desenvolvimento orientado por missões públicas, com articulação entre Estado, academia, sociedade civil e mercado.

No caso da Deveras, **a universidade deixa de ser uma ilha e passa a ser um agente catalisador do desenvolvimento local, ao se comprometer com as demandas de seu território com o empreendimento expresso como fator estratégico na articulação da integração da universidade com as comunidades**, fortalecendo o território a partir da rede de cooperação mencionada por Barquero (2007)

Esse exemplo de empreendimento mostra-se extremamente oposto ao modelo de desenvolvimento exógeno (e dominante), tradicionalmente baseado na extração excessiva dos recursos naturais, com pouco ou nenhum retorno para o território explorado, seja em valor, respeito às especificidades ou oportunidade às comunidades.

Pose (2018), afirma que as políticas de desenvolvimento ignoram os contextos locais e acabam aprofundando as desigualdades e inviabilizando transformações duradouras. Ele defende uma “vingança dos lugares que não importam”, isto é, o avanço das localidades ignoradas pelas grandes dinâmicas econômicas globais.

Na perspectiva brasileira, autores como Diniz (2001) reforçam que o enfrentamento das desigualdades territoriais exige o fortalecimento das capacidades locais, tanto na gestão pública quanto na geração de inovação. Isso inclui reconhecer e apoiar os chamados arranjos produtivos locais, como defende Lastres e Cassiolato (2005), que valorizam as dinâmicas produtivas baseadas em redes locais de cooperação.

A revisão de Oliveira e Oliveira (2023) atesta a evolução conceitual brasileira, onde o enfoque em ações que partem do alinhamento das redes de cooperação pode gerar desenvolvimento local respeitando a identidade amazônica. Reis (2008) contribui declarando que a ausência desse pacto multisetorial nas regiões em desenvolvimento pode acarretar grandes desafios.

Nesse sentido, o desenvolvimento local se mostra não apenas como alternativa, mas como necessidade estratégica frente aos limites do desenvolvimento exógeno. No contexto amazônico, marcado por séculos de exploração vertical e exclusão social, iniciativas como a Deveras Amazônia mostram caminhos viáveis de desenvolvimento baseado na identidade local, sustentabilidade e autonomia territorial. Essa iniciativa demonstra que o futuro da região pode ser construído de dentro, respeitando as especificidades do território.

3 Bioeconomia Bioecológica

A Amazônia é um território com uma das maiores diversidades naturais e culturais do mundo. Essa riqueza oferta não apenas um extenso grupo de recursos naturais, mas também uma base que surge dos modos de vida tradicionais, das histórias locais e dos saberes ancestrais. Nesse contexto, pensar a economia criativa na Amazônia é abrir espaço para iniciativas que ultrapassam o mercado e integram dimensões culturais, sociais e ecológicas. Diante disso, o conceito de bioeconomia bioecológica surge como uma alternativa inovadora que amplia a ideia convencional de bioeconomia. Enquanto o enfoque tradicional procura priorizar o aproveitamento de recursos biológicos para substituir insumos fósseis ou gerar novos produtos industriais, a bioeconomia bioecológica se fundamenta em princípios ecológicos e na manutenção dos ciclos naturais, articulando conservação, diversidade biológica e direitos das populações locais.

De acordo com Avelino (2025), o termo "Bioeconomia" não é algo novo e sim um conceito que foi construído e delimitado por diversos autores, principalmente por Georgescu-Roegen (Romênia, 1906 – EUA, 1994), considerado o “pai” da Economia Ecológica. Posteriormente, já no século XXI, ele foi colocado em um contexto de disputa e reconstrução de ideias por múltiplos grupos com visões diferentes do conceito de bioeconomia. A partir disso, Bugge, Hansen e Klitkou (2016) defendem que existem três vertentes principais: Bioeconomia Biotecnológica, Bioeconomia Biorrecursos e Bioeconomia Bioecológica.

Segundo Gama (2024), o conceito de bioeconomia ainda é duramente criticado pela comunidade científica, posto à prova com estudos e análises por especialistas, sobre como alcançar um promissor desenvolvimento por uma bioeconomia inovadora e sustentável. Para a autora, a bioeconomia bioecológica é dada pelo desenvolvimento de sistemas de produção e produtos de alta qualidade com identidade territorial. Processo esse que é respeitado pela Deveras.

De acordo com o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (2022), se esperava, com o lançamento do Planbio Pará, a construção de uma nova economia fundamentada no acordo entre a questão climática e socioeconômica, de forma a conciliar tradição e inovação, pessoas e floresta viva. Um plano cujas ações conciliam a floresta em pé e a busca pelo desenvolvimento sustentável, reconhecendo e valorizando os conhecimentos tradicionais.

4 Iniciativas empreendedoras, saberes tradicionais e resistência no contexto amazônico

As iniciativas empreendedoras que florescem na Amazônia a partir da articulação dos saberes tradicionais, práticas comunitárias e inovação social constituem expressões de resistência ao modelo exógeno de desenvolvimento.

O empreendimento Deveras Amazônia, assim como outras ações, ao valorizarem ingredientes nativos, modos de fazer e práticas colaborativas, revelam outra forma de pensar e praticar a economia, em que a criatividade não se dissocia do território, nem de suas lutas.

Segundo Costa (2019), a Amazônia sempre foi tratada como fronteira de recursos a serem explorados, e não como território de saberes. Essa visão reducionista retratada pelo autor desconsidera os modos de existência e produção que historicamente constituem a região, onde ciência, cultura, espiritualidade e natureza estão profundamente interligadas. É nesse sentido que iniciativas empreendedoras baseadas nos saberes locais ganham força como alternativas às políticas e economia enraizadas.

Nesse cenário, a noção de bioeconomia amazônica surge como eixo estratégico de desenvolvimento. No entanto, como apontam Garrido (2022) e outros pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), é preciso evitar que esse conceito seja apenas mais uma narrativa importada. A bioeconomia, para ser realmente amazônica, precisa ser construída a partir

das vozes da floresta e dos territórios, valorizando saberes tradicionais, promovendo a repartição justa de benefícios e reconhecendo a centralidade dos povos originários e tradicionais na governança socioambiental (Garrido, 2022)

A isso se soma a ideia de socioeconomia, como destaca Costa (2023), ao mostrar que essa transformação exige o reconhecimento das populações locais como agentes ativos na organização das cadeias produtivas. A economia criativa, por sua vez, quando articulada com os princípios da bioeconomia bioecológica, se torna um campo fértil para a resistência e re-existência.

Como defende Júnior (2020), a criatividade amazônica é política: ela reinventa o cotidiano diante da precariedade e da negação histórica de direitos. Para Ailton Krenak (2020), pensar alternativas ao colapso ambiental exige recuperar os vínculos com os modos de vida que respeitam os ciclos da natureza. Essa é uma lição ancestral dos povos originários e das comunidades tradicionais amazônicas, que persistem apesar da violência sistemática do avanço do capitalismo.

Assim, ao valorizar os saberes tradicionais e a criatividade popular, os empreendimentos amazônicos como o Deveras Amazônia não apenas geram renda, mas constroem um novo paradigma de desenvolvimento. Um paradigma que reconhece o valor da floresta em pé, da diversidade cultural, e da autonomia dos povos amazônicos. Trata-se de uma economia da resistência, da beleza e da cura, uma economia que parte do território para o mundo.

5 Deveras Amazônia

O empreendimento Deveras Amazônia tem seu início a partir da concepção de valorização dos produtos naturais locais, a ideia surgiu com a volta da pesquisadora Valéria Mourão do Estado de São Paulo depois de realizar um curso de formulação de geleias. A primeira fruta testada foi a Camu-camu devido aos conhecimentos científicos dos fundadores, eles tiveram um olhar mais delicado em relação aos frutos que seriam base das geleias.

A Deveras tem como objetivo a valorização de produtos locais e a criação de um negócio sustentável, utilizando a economia criativa. O propósito é o desenvolvimento socioeconômico da região, unindo conhecimento científico e tradicional para gerar renda e fortalecer a economia local. Eles buscam formas inovadoras ao utilizar ingredientes locais, como o licor de chicória, para criar produtos com valor agregado e acesso ao mercado, assim como trazer a valorização dos produtos da Amazônia para dentro do setor de empreendimento comercial na região.

Outro ponto importante é a bioeconomia bioecológica, quando incorporada à economia criativa, fomenta cadeias curtas e redes locais de produção, fortalecendo cooperativas, associações comunitárias e pequenos empreendimentos. Esse modelo contribui para distribuir renda de forma mais justa, valorizar o trabalho das mulheres e dos jovens e consolidar circuitos econômicos que permanecem no território, reduzindo a dependência de grandes cadeias globais que pouco retornam

para as comunidades amazônicas. Durante a entrevista a entrevistada ressalta essa importância de se ter parceria com os comunitários para fortalecer o protagonismo local.

O empreendimento tem mercado local e nacional, com pontos de venda em Santarém-PA, com dois modelos de cliente, o *Business to Consumer* e a venda direto para o consumidor. O consumidor pode comprar direto no site de qualquer lugar do Brasil, graças à parceria com a Azul e a Latam eles conseguem reduzir o frete para negócio de impacto socioambiental, negócio que atua na bioeconomia, o consumidor final também consegue adquirir os produtos em feiras e eventos. Já os *Business to Consumer*, trata-se da Deveras vendendo para outra empresa, como panificadoras, minimercados, empórios, restaurantes, supermercados etc., onde essas empresas compram os produtos finais e revendem em seus estabelecimentos.

A Deveras atua com mais de 40 pontos de venda, incluindo o local, Santarém e o nacional com filial em São Paulo. Além das filiais, eles têm diversos pontos de venda em São Paulo e no Rio de Janeiro dentro dos restaurantes, mini-mercados e recentemente em uma grande rede, o Carrefour, com o projeto “Floresta Faz Bem”, em que o Carrefour tem um *stand* de produtos da Amazônia para mostrar ao consumidor de fora que a floresta também produz.

Com isso a Deveras consegue ampliar as vendas finais e gerar mais renda para as comunidades, como qualquer outro negócio eles têm que trabalhar com uma precificação diferente para o consumidor final e do preço de atacado.

6 Considerações finais

Entende-se que os processos de negócios para pequenas empresas e empreendimentos com foco em retornos sociais são extremamente desafiadores, devido à falta de incentivos, investimentos e valorização. Nesse contexto, a Deveras consegue se manter no mercado pela determinação de ser um negócio sustentável, que busca alinhar saberes tradicionais e conhecimentos científicos.

Ailton Krenak (2020) aborda o atual sistema econômico como um vendedor que tenta convencer que tudo pode ser reproduzido, inclusive a vida, ressaltando a importância de compreendermos que a natureza é finita. Diante disso, torna-se fundamental o papel de empreendedores como a Deveras, que atuam diretamente no desenvolvimento local por meio da compra de insumos das comunidades, fortalecendo sua autonomia e sustentabilidade.

Nesse cenário, o Planbio é um instrumento indispensável para apoiar não só esse empreendimento, mas também associações, coletivos e diversos atores que têm como prioridade a preservação da floresta e a valorização das comunidades tradicionais como protagonistas desse processo. É igualmente crucial que as políticas públicas de incentivo, propostas pelo Estado, sejam efetivamente implementadas para garantir a continuidade dessas iniciativas.

Por fim, destaca-se que os conhecimentos científicos e acadêmicos foram elementos-chave para o desenvolvimento da ideia original do negócio. A articulação entre esses conhecimentos e os saberes tradicionais proporcionou inovação e uma visão socialmente comprometida, contribuindo não apenas para a academia, mas também para a gestão pública e o desenvolvimento regional.

7 Referências

ALVES JÚNIOR, Edivaldo Bezerra. **Economia criativa no Brasil: uma revisão bibliográfica sobre sua importância e desenvolvimento.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Econômicas Bacharelado, Recife, 2023. 29 p. Disponível em:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/53461/1/TCC%20Edivaldo%20Bezerra_attena.pdf
Acesso em: 19 jun. 2025

AVELINO, Victoria de Carvalho. **Bioeconomia a partir das percepções de profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural das Ematers do Planalto Santareno – Pará. 2025.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2025. Disponível em:

<https://www.programacap.org.br/material/monografia-bioeconomia-a-partir-das-percepcoes-de-profissionais-da-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-das-ematers-do-planalto-santareno-para/>
Acesso em: 23 jun.2025

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto; VIEIRA, Mariella Pitombo; FRANCO, Bárbara Lopes. **A Economia Criativa Sob Medida: Conceitos e Dinamismos das Classes Criativas.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990 Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9345/1/TD_2493.pdf Acesso em: 19 jun. 2025

BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento, redes e inovação: lições a partir de uma perspectiva territorial.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo local: ¿de qué estamos hablando?** Santiago do Chile: CEPAL, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12036>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COSTA, Auritha Tabajara. **Amazônia como território de saberes e não apenas de recursos.** Manaus: EDUA, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9303/1/Narrativas%20ancestrais%20de%20Auritha%20Tabajara.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COSTA, Emily. **Sociobioeconomia se transforma na Amazônia e reconhece papel central de populações tradicionais para desenvolvimento sustentável.** InfoAmazonia, 05 set. 2023.

Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/09/05/sociobioeconomia-se-transforma-na-amazonia-e-reconhece-papel-central-de-populacoes-tradicionais-para-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

DEVERAS AMAZÔNIA. **A Deveras Amazônia.** Santarém-PA, 2025. Disponível em: <https://www.deverasamazonia.com.br/a-deveras-amazonia/>. Acesso em: 05 ago. 2025.

DINIZ, Clélio Campolina. **Desenvolvimento regional: uma questão multidimensional.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. 4, 2001.

GAMA, Panduro Adriane; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo; GOMES, Luís Alípio; SADALA, Klaudia Yared; RIBEIRO DE SOUZA, Luciandro Tássio. **Mandala dos saberes e os princípios da bioeconomia ecológica circular: uma experiência de interação comunitária na Amazônia.** Revista Observatorio de La Economía Latinoamericana, Curitiba, v.22, n.7, p.01-26. 2024. Disponível em:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/5844/3748> Acesso em: 19 jun 2025

GARRIDO, Bibiana Alcântara. **Para além de ideias importadas, a bioeconomia deve servir às vozes da Amazônia**. IPAM Amazônia, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://ipam.org.br/para-alem-de-ideias-importadas-a-bioeconomia-deve-servir-as-vozes-da-amazonia/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. **Inovação e desenvolvimento: a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2005. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/resultados/livros>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MAZZUCATO, Mariana. **Mission Economy: A Moonshot Guide to Changing Capitalism**. London: Penguin, 2021. Disponível em: <https://www.penguin.co.uk/books/315191/mission-economy-by-mazzucato-mariana/9780141991689>. Acesso em: 18 jun. 2025.

NEWBIGIN, John. **A Economia Criativa: Um guia introdutório**. Série: Economia Criativa e Cultural. Editora British Council, 2010. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

OLIVEIRA, Débora T.; OLIVEIRA, Antonio G. **Desenvolvimento local e regional: do estado da arte ao estado da prática**. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 19, n. 58, out.–dez. 2023. DOI: 10.3895/rt.v19n58. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rt/article/view/15926>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano Estadual de Bioeconomia do Pará: PlanBio Pará**. Belém: SEMAS, 2022b. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/planbio/>. Acesso em: 30 jun. 2025

POSE, Andrés. **The revenge of the places that don't matter (and what to do about it)**. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, v. 11, n. 1, p. 189–209, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjres/article-abstract/11/1/189/4821289>. Acesso em: 18 de jun. 2025.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <https://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2015/09/Livro-Ana-Carla-Fonseca.pdf> Acesso em: 30 jun. 2025.

RIBEIRO, Darlene. **Floresta como pensamento: territórios amazônicos e cosmopolíticas do comum**. Belém: UFPA, 2015.

SANTOS JÚNIOR, Orlando. **Criatividade amazônica e reexistência: arte, cultura e política na Pan-Amazônia urbana**. Belém: NAEA/UFPA, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA ENTREVISTA

Questionário para Entrevista com os Fundadores da Deveras Amazônia

1. Identificação e Contexto

1.1. Como surgiu a Deveras Amazônia?

1.2. *Quem são as pessoas fundadoras e quais trajetórias pessoais/profissionais influenciaram na criação do empreendimento?*

1.3. Qual a missão da Deveras Amazônia? O que vocês mais desejam transformar ou fortalecer com esse trabalho?

2. Economia Criativa

2.1. Como vocês definem o trabalho da Deveras dentro do conceito de economia criativa?

2.2. Quais são os elementos simbólicos, culturais ou artísticos que estão presentes na identidade da marca e nos produtos?

2.3. A criatividade vem de onde? Como se dá o processo de criação e produção dos produtos?

2.4. Como vocês equilibram inovação com o respeito às tradições e saberes locais?

3. Bioeconomia e Sustentabilidade

3.1. Quais são os principais insumos naturais utilizados pela Deveras?

3.2. Como vocês garantem o uso sustentável desses recursos?

3.3. Há alguma preocupação com cadeias curtas, manejo sustentável, certificações ou parcerias com comunidades locais?

3.4. Vocês se identificam com o conceito de bioeconomia? Por quê?

4. Desenvolvimento Local e Comunitário

4.1. Como a Deveras impacta o território onde atua? Há geração de renda ou oportunidades para a comunidade local?

4.2. Vocês se articulam com outros empreendedores, coletivos ou redes da região?

4.3. Como percebem o papel da Deveras no fortalecimento da economia local?

4.4. A empresa já participou de editais, projetos públicos ou políticas de incentivo (como Sebrae, Pronaf, PNAE, etc.)?

5. Resistência e Reexistência

5.1. Vocês enxergam o empreendimento como uma forma de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante na Amazônia?

5.2. De que forma a Deveras ajuda a manter vivas as identidades amazônicas, os modos de vida tradicionais ou os saberes ancestrais?

- 5.3. Que desafios enfrentam ao tentar propor um modelo alternativo de desenvolvimento?
- 5.4. Como vocês veem o papel das juventudes, mulheres, comunidades tradicionais ou povos originários nesse processo?

6. Projeções e Reflexões

- 6.1. Quais são os sonhos e perspectivas de futuro para a Deveras Amazônia?
- 6.2. Que conselhos vocês dariam para quem deseja empreender na Amazônia com foco em criatividade, sustentabilidade e impacto social?
- 6.3. Existe algo mais que gostariam de compartilhar e que não foi abordado nas perguntas?

ANEXO B – IMAGENS DOS PRODUTOS DEVERAS



ENTRE SEMENTES E SABERES: COLETIVO NUNGHARA, INSPIRAÇÃO A FONTE DE RENDA

Lucas Patrik Lopes dos Santos

Graduando em Sistemas de Informação na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa),
Santarém (PA), Brasil

E-mail: lucas.patriks@discente.ufopa.edu.br

Shirley Rocha

Graduando em Sistemas de Informação na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa),
Santarém (PA), Brasil

E-mail: shirley.assis@discente.ufopa.edu.br

Resumo. Este artigo explora a interseção da economia criativa com o impacto social na região amazônica, utilizando o empreendimento Nunghara Biojoias como estudo de caso na cidade de Santarém (PA). Fundada por Natashia Santana, a Nunghara destaca-se por sua abordagem sustentável e pelo engajamento com comunidades locais na produção de biojoias exclusivas. O texto detalha a trajetória do empreendimento, desde sua concepção até sua consolidação, e a distingue do Coletivo Nunghara e do projeto EmpoderaArt Biojoias. O foco é evidenciar como a Nunghara, enquanto negócio de bioeconomia, gera impacto social e ambiental ao envolver mulheres invisibilizadas e promover a geração de renda. Aborda-se também o papel estratégico do Coletivo Nunghara, embora socialmente direcionado, na identificação e capacitação de mão de obra para o empreendimento. A discussão ressalta os desafios e as inovações tecnológicas e de design adotadas pela Nunghara, posicionando-a como um exemplo vibrante da economia criativa amazônica e seu potencial transformador.

Palavras-chave: Artesanato, Bioeconomia, Economia Criativa, Empoderamento Feminino, Nunghara.

1 Introdução

A disciplina de Empreendedorismo e Economia Criativa tem como propósito fomentar a busca por exemplos locais que ilustrem a aplicação prática dos conceitos abordados. Neste contexto, este artigo objetiva analisar a Nunghara Biojoias, um empreendimento situado em Santarém (PA), na região amazônica, que se destaca por sua atuação no campo da economia criativa e seu evidente impacto social. Os objetivos específicos são apresentar a relação entre a Nunghara, o Coletivo Nunghara e o projeto EmpoderaArt Biojoias e demonstrar como essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento local e o empoderamento feminino, alinhando-se aos princípios da bioeconomia e da sustentabilidade.

A justificativa para este artigo e para a escolha do tema fundamenta-se na relevância da economia criativa como vetor de desenvolvimento socioeconômico, especialmente em regiões como a Amazônia, onde o empreendedorismo feminino assume um papel crucial. O trabalho se propõe a analisar a Nunghara Biojoias como um estudo de caso emblemático desse fenômeno, destacando sua contribuição para o empoderamento de mulheres historicamente marginalizadas na divisão sexual do

trabalho. A importância de abordar esse tema é corroborada por dados recentes que evidenciam o crescimento do empreendedorismo feminino no Brasil.

De acordo com a PNAD Contínua (4º trimestre/2023), a taxa de empreendedorismo feminino no Pará alcançou 13,5% da população feminina em idade ativa, enquanto a região Norte registrou 20,8%, superando a média nacional. No contexto brasileiro, as mulheres já representam 10,11 milhões de donas de negócios, correspondendo a 33,9% dos empregadores ou trabalhadores por conta própria.

Historicamente, o papel das mulheres amazônidas, particularmente no Pará e em Santarém, foi condicionado por estruturas patriarcais, relegando-as ao espaço doméstico e invisibilizando seus saberes tradicionais e sua participação econômica. A Nunghara Biojoias, juntamente com iniciativas como o Coletivo Nunghara, emerge nesse cenário de transformação, oferecendo formação, oportunidades de geração de renda e reconhecimento social, e, assim, promovendo a autonomia e o protagonismo feminino na economia criativa.

2 Metodologia

A elaboração deste artigo baseou-se em uma metodologia que combinou a análise de dados primários e secundários. A principal fonte de dados primários foi a transcrição de uma entrevista concedida pela fundadora da Nunghara Biojoias, Natashia Santana, que forneceu informações detalhadas sobre a gênese, a operação, os desafios e os impactos do empreendimento. Essa entrevista foi essencial para compreender a dinâmica interna da Nunghara, sua relação com o Coletivo Nunghara e o projeto EmpoderaArt Biojoias, bem como a trajetória pessoal e as motivações da fundadora.

Complementarmente, foram utilizadas fontes de dados secundários provenientes de pesquisa bibliográfica e documental em plataformas online. Esta pesquisa incluiu a consulta a artigos acadêmicos, notícias, sites institucionais (como o da Nunghara Biojoias e Coletivo Nunghara), e documentos de organizações relevantes, como ONU Mulheres, para contextualizar a economia criativa, a bioeconomia, a questão de gênero e o cenário amazônico. A integração dessas diferentes fontes permitiu a construção de uma narrativa abrangente e fundamentada, que relaciona o empreendimento Nunghara com os conceitos teóricos da economia criativa e os impactos sociais na região.

3 Economia criativa e o contexto regional amazônico

A economia criativa refere-se a um conjunto de atividades econômicas que se baseiam na criatividade, no conhecimento e no capital intelectual como principais insumos para a produção de bens e serviços. Ela engloba setores como design, moda, artesanato, música, audiovisual, tecnologia da informação e turismo cultural. Seu diferencial reside na capacidade de gerar valor econômico e social por meio da inovação e da expressão cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável e a

diversidade. Na Amazônia, a economia criativa, especialmente no campo da bioeconomia, ganha uma dimensão particular, uma vez que se apoia na riqueza da biodiversidade e nos saberes tradicionais, transformando recursos naturais em produtos com alto valor agregado e impacto positivo nas comunidades.

A região amazônica, rica em biodiversidade e conhecimentos ancestrais, oferece um terreno fértil para o desenvolvimento da bioeconomia e da economia criativa. No entanto, o empreendedorismo local enfrenta desafios logísticos e de acesso a mercados. A valorização dos insumos da natureza e o envolvimento das comunidades são pilares para a construção de um modelo econômico que promova a floresta em pé e gere renda para a população local. Projetos e iniciativas que conectam a produção artesanal com o mercado global, como a Nunghara, demonstram o potencial de transformação socioeconômica da região.

4 Nunghara e sua fundadora

Nunghara é uma *startup* de bijou, concebida como uma empresa de joias, que integra a bioeconomia com um forte viés de sustentabilidade. O empreendimento, embora não seja filantrópico, pois o empreendedorismo visa o lucro, intrinsecamente gera impacto social ao trabalhar com comunidades e gerar renda.

O nome "Nunghara" tem origem indígena e significa "semelhante", refletindo o foco da empresa no trabalho com mulheres e na valorização do feminino. A empresa busca a exclusividade em suas peças, utilizando sementes e cascas não convencionais na produção de joias, como a casca do cumaru, que antes era descartada e agora é transformada em design. A Nunghara opera em um formato de fábrica, visando a produção em escala e a regularização, diferenciando-se da produção artesanal puramente informal. O empreendimento também busca a inserção tecnológica para aprimorar seus processos, sendo incubada na Incubadora inTap da UFOPA, com foco em design de produtos e integração de saberes ancestrais com a tecnologia.

Natashia Santana, jornalista de formação com experiência em marketing e comunicação, é a mente por trás da Nunghara. Sua trajetória é marcada por uma curiosidade e um engajamento com as comunidades amazônicas, que a levaram a identificar o potencial dos negócios biosustentáveis. Em 2022, ela se inscreveu no projeto Floresta 360, que oferecia capacitação para ideação de negócios, e foi a partir daí que o sonho da Nunghara começou a se concretizar.

Natashia é uma empreendedora movida pela iniciativa, dedicação e busca por network, acreditando que a visibilidade e as parcerias são fundamentais para o sucesso do negócio. Apesar de não ter nascido em berço de ouro, e sua mãe sendo artesã e auxiliar administrativa, Natashia suprime regalias para investir no seu negócio, demonstrando um forte compromisso e visão de futuro. Além da Nunghara, Natashia é mentora e embaixadora da Rede Mulher Empreendedora, dedicando-se a

levar conhecimento sobre empreendedorismo a aldeias e comunidades, onde percebe que as mulheres muitas vezes não se veem como empreendedoras.

Figura 1 – Logotipo da Nunghara Biojoias:



Fonte: NUNGHARA Biojoias (2025).

Figura 2 – Exemplos de peças de biojóias



Fonte: NUNGHARA Biojoias (2025).

5 Resultados e impactos

A Nunghara, como empreendimento de bioeconomia, intrinsecamente gera impacto social e ambiental. Isso se dá por meio do envolvimento de comunidades e mulheres, muitas vezes invisibilizadas, que atuam na coleta de sementes e insumos, gerando renda e movimentando a economia local. A empresa prioriza a aquisição de sementes de famílias e comunidades da Flona (Floresta Nacional do Tapajós), garantindo uma cadeia produtiva que beneficia diretamente esses grupos.

O Coletivo Nunghara, um braço social da Nunghara Biojoias, foi criado para mapear e capacitar mulheres com interesse em artesanato, atuando como um Ponto de Cultura que fortalece a cultura amazônica e a economia criativa em Santarém, Pará. Focado no protagonismo feminino e na valorização dos saberes ancestrais, o Coletivo promove diversas atividades como oficinas, teatro, audiovisual e eventos culturais. Embora o Coletivo e o projeto EmpoderaArt Biojoias (o projeto mais visível do Coletivo) não sejam a única fonte de impacto social da Nunghara, eles desempenham um papel estratégico. O EmpoderaArt Biojoias, que já capacitou 90 mulheres, das comunidades Eixo Forte, Pajuçara, e Carapanari, oferece oficinas gratuitas, com o fornecimento de insumos, lanche e almoço, visando facilitar a participação das mulheres e permitir que elas desenvolvam seu próprio negócio ou trabalhem para a Nunghara. A iniciativa é financiada por políticas públicas culturais, como a Lei Aldir Blanc, e busca continuar sua expansão.

A visibilidade da Nunghara tem crescido significativamente. A empresa lançou sua primeira coleção, "Traços Tapajós Únicos", em novembro de 2023, que incorpora elementos da Cerâmica Tapajós e sementes da região. Peças da Nunghara, como o Escapulário Tapajós, único, foram utilizadas por atores e atrizes renomados como Marcos Palmeira e Dira Paes em produções cinematográficas, o que impulsiona a visibilidade nacional e internacional. A Nunghara também expandiu sua comercialização para *e-commerce* (lançado em março de 2024), marketplaces como Amazon e Mercado Livre, e participa de feiras, principalmente com o apoio do Sebrae, seu parceiro primordial. A empresa também é parte da Assobio, Associação dos Negócios da Bioeconomia da Amazônia Legal, que oferece oportunidades de mercado. O futuro da Nunghara inclui o lançamento de uma nova coleção para a COP 30, o fortalecimento das vendas e a busca pela autossustentabilidade financeira.

6 Considerações finais

A Nunghara Biojoias emerge como um caso notável de empreendedorismo na economia criativa amazônica, demonstrando como é possível conciliar o desenvolvimento econômico com o impacto social e a sustentabilidade. A visão de Natashia Santana em valorizar os saberes ancestrais e

os recursos naturais da região, ao mesmo tempo em que busca inovação tecnológica e inserção em mercados globais, é um modelo inspirador. A distinção entre o empreendimento (Nunghara) e o braço social (Coletivo Nunghara e EmpoderaArt Biojoias) é crucial para entender a complexidade do seu impacto. Enquanto a Nunghara, como empresa de bioeconomia, inerentemente gera impacto social ao comprar de comunidades e gerar renda, o Coletivo atua na capacitação e no empoderamento das mulheres, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Os desafios, como a dificuldade de mão de obra qualificada e a necessidade de investimento contínuo, são reais, mas a iniciativa e a resiliência da fundadora, aliadas a parcerias estratégicas e visibilidade crescente, pavimentam o caminho para o sucesso. A trajetória da Nunghara ressalta a importância de políticas públicas de fomento à cultura e ao empreendedorismo, bem como a relevância de redes de apoio e da iniciativa individual para a materialização de negócios com impacto transformador. A empresa não apenas cria belas biojoias, mas também tece uma rede de oportunidades e valoriza a riqueza cultural e natural da Amazônia.

7 Referências

BRITO, Ana Cláudia Nascimento. Gênero, trabalho e desigualdade na Amazônia Paraense. UFPA, 2018.

COLETIVO Nunghara. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/nungharabiojoias/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MAPA CULTURAL PA. Espaço Coletivo Nunghara. Disponível em: <https://mapacultural.pa.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NUNGHARA Biojoias. Disponível em: <https://www.nungharabiojoias.com.br/>. Acesso em: 26 de mai. 2025.

O IMPACTO. Coletivo Nunghara capacita mulheres de Santarém na criação de biojoias sustentáveis. 24 fev. 2025. Disponível em: <https://oimpacto.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ONU MULHERES. Relatórios sobre gênero e divisão sexual do trabalho. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA, Josivânia de Souza. Mulheres Ribeirinhas e Resistência na Amazônia. EDUFPA, 2021.

O LIBERAL. Projeto capacita mulheres de Santarém na produção de biojoias com sementes da floresta [Fotografia]. Belém, PA: O Liberal, 2025. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/projeto-capacita-mulheres-de-santarem-na-producao-de-biojoias-com-sementes-da-floresta-1.920931>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NUNGHARA BIOJOIAS. Logotipo da Nunghara Biojoias [Logotipo]. Santarém, PA: NUNGHARA BIOJOIAS, 2025. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/179321677/Logo-Nunghara-Biojoias>. Acesso em: 15 de jun. 2025.

EMPREENDEADORISMO E ECONOMIA CRIATIVA: O CASO DO SIM SIM BRECHÓ EM SANTARÉM - PA

Bruna Thamires Sousa Santos

Caroline Fabrizzia Coutinho Serrão

Francirlei Protásio dos Santos

Marcelo Monteiro de Lima¹¹

Resumo: O empreendedorismo tem ganhado destaque como ferramenta de transformação social, geração de renda e inovação. Tal processo é evidente no empreendimento Sim Sim Brechó localizado em Santarém – Pará. Assim, o presente artigo busca analisar o empreendedorismo e a economia criativa a partir de um estudo de caso sobre o Sim Sim Brechó. Para isso foi realizada uma entrevista com a criadora e administradora Rebecca Alloggio, entendendo sobre o funcionamento logístico, os fatores que impulsionaram a criação do brechó, os desafios enfrentados, a construção de uma rede de clientes, a inovação nos processos de venda e o impacto social e econômico gerado na comunidade local. O estudo ainda realizou um levantamento da matriz SWOT visando identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do empreendimento e destaca a importância da gestão estratégica e da sensibilidade empreendedora como instrumentos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Economia Criativa; Brechó; Santarém.

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem ganhado destaque como ferramenta de transformação social, geração de renda e inovação. Na região amazônica, marcada por desafios estruturais e econômicos, iniciativas empreendedoras baseadas na criatividade e no reaproveitamento de recursos têm demonstrado grande potencial de impacto.

É nesse contexto que se insere o Sim Sim Brechó, empreendimento que se consolidou como referência em moda e mercado sustentável no município de Santarém (PA). Este artigo, elaborado por discentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA, busca compreender como o Sim Sim Brechó exemplifica a aplicação da economia criativa no contexto amazônico.

A principal metodologia foi uma entrevista com a fundadora, Rebecca Alloggio, o que permitiu um mergulho nos bastidores do empreendimento, revelando práticas inovadoras, estratégias de crescimento e os desafios enfrentados ao longo da trajetória. Além disso, reflete sobre o papel da liderança feminina, da criatividade e da resiliência em contextos empreendedores periféricos.

¹¹ Graduandos(as) do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará.

2 A ORIGEM DO EMPREENDIMENTO

Rebecca Alloggio iniciou sua trajetória no mundo da moda ainda jovem, trabalhando em lojas de roupas, maquiagem e acessórios. A afinidade com estilo e criatividade a aproximou do universo dos brechós, onde encontrou uma forma acessível e expressiva de vestir-se. A experiência acumulada nesse setor a motivou a abrir seu próprio negócio após uma demissão inesperada, que a levou a repensar seu futuro profissional e pessoal. Com o apoio de amigas, iniciou as vendas com peças próprias e de conhecidas, utilizando redes sociais como o Instagram para divulgação. O investimento inicial foi modesto, utilizando araras simples e fotografias criativas dos looks.

A estratégia de comunicação visual e a estética das postagens foram fundamentais para o engajamento inicial do público, a paixão de Rebecca por combinações de looks modernos acabou gerando um perfil único para o empreendimento, ela nos contou que treina suas funcionárias para ter a mesma habilidade de combinações de moda e estilo. O negócio começou na sala de seu apartamento e rapidamente ganhou espaço, tanto físico quanto simbólico na cidade a partir do dia 15 de junho de 2019. A cada arara comprada, a cada espaço conquistado, o brechó crescia não apenas como loja, mas como projeto da vida de Rebecca.

3 MODELO DE NEGÓCIO E ECONOMIA CRIATIVA

O Sim Sim Brechó opera com base na lógica da economia circular: peças de roupas que seriam descartadas ganham nova vida e valor. Inicialmente adotando o modelo de consignação, o brechó evoluiu para um sistema de compra direta, com critérios de curadoria e qualidade. Esse modelo permitiu maior controle do estoque e mais agilidade no processo de vendas, além de gerar confiança entre fornecedoras e compradoras.

A inovação está associada ao aumento do desempenho, à criação de novos mercados, à diferenciação e à vantagem competitiva (Rankings, 2018). Segundo Rebecca, o Sim Sim apresenta interesse no aumento de desempenho e aprimoramento. A inovação presente é a de processos, desde o atendimento, a exposição dos produtos, a gestão das redes sociais e a criação de benefícios como cupons e sistema de créditos. A empresa prioriza a apresentação estética das peças, buscando valorizar cada produto como único. As postagens são cuidadosamente pensadas para estimular o desejo e promover o consumo consciente, com destaque para combinações de looks completos, acessórios e ambientações agradáveis.

Além disso, o brechó é um espaço de conexão e troca. As clientes não apenas compram, mas também desapegam, colaborando com o ciclo sustentável da moda. O uso estratégico das redes sociais criou uma comunidade engajada, que acompanha os lançamentos, participa de promoções e se identifica com os valores do negócio. Essa comunicação próxima gera vínculos que ultrapassam a relação comercial.

Durante a pandemia, a presença online foi intensificada. A fundadora manteve a produção de conteúdo, compartilhou dicas de estilo e rotina, e reforçou o relacionamento com as clientes. Mesmo sem entregas imediatas, as vendas se mantiveram consistentes, evidenciando a fidelização do público. Esse período mostrou a força da confiança no digital e da empatia como diferencial competitivo.

Outro ponto relevante é a gestão participativa. A fundadora destaca a importância de uma equipe bem treinada, que compreenda e reproduza os valores da empresa. A expansão para outras linhas, como infantil e futuramente masculina, reflete a preocupação em atender diferentes públicos com o mesmo padrão de qualidade. Novos setores estão sendo estruturados com planejamento, divisão de funções e foco em profissionalização.

O Sim Sim Brechó também se destaca pela abordagem humanizada do empreendedorismo. Diversos relatos mostram como o negócio impactou positivamente a vida de mulheres — clientes, fornecedoras e funcionárias — oferecendo oportunidades de renda, autoestima e pertencimento. Casos emocionantes incluem mulheres em situação de dificuldade financeira que conseguiram renda extra ao vender roupas, além de funcionárias que descobriram novas habilidades e desenvolveram autoconfiança.

O negócio passou de uma estrutura caseira para uma loja com identidade visual própria, equipe consolidada e metas a médio e longo prazo. A busca constante por aperfeiçoamento levou à participação em cursos sobre gestão de pessoas, organização financeira e desenvolvimento de marca. Esse processo de aprendizado contínuo é uma das chaves para a sustentabilidade do projeto.

Por fim, o Sim Sim Brechó é um exemplo claro de como a economia criativa pode prosperar em territórios periféricos. O olhar sensível da empreendedora, aliado à sua capacidade de adaptação e visão de futuro, demonstra que empreender com impacto é possível mesmo diante de limitações orçamentárias, estruturais e institucionais.

4 APLICANDO A MATRIZ SWOT (FOFA)

Forças – Strengths

- Comunicação ativa nas redes sociais;
- Curadoria cuidadosa e estética nas postagens;
- Atendimento personalizado;
- Vínculo afetivo com as clientes;
- Liderança feminina e visão estratégica.

Oportunidades - Opportunities

- Expansão para o público masculino e infantil;
- Implementação de plataforma de *e-commerce*;

- Parcerias com influenciadores locais;
- Crescente valorização da moda sustentável.

Fraquezas - *Weaknesses*

- Ausência de sistema automatizado para vendas online;
- Dificuldade na delegação de funções;
- Dependência da presença da fundadora na gestão diária.

Ameaças - *Threats*

- Entrada de franquias no mesmo nicho;
- Concorrência crescente com brechós locais;
- Instabilidade no abastecimento de peças;
- Riscos relacionados ao crescimento desestruturado.

5 IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O Sim Sim Brechó, atua diretamente na geração de emprego e renda, empregando um total de 10 mulheres. O impacto para as clientes que vendem suas roupas é enorme, tanto pela geração de renda como pela sustentabilidade ambiental. Além disso, promove a democratização da moda e o consumo consciente, combatendo o preconceito com roupas usadas.

Durante a pandemia, o empreendimento manteve suas atividades por meio das redes sociais, demonstrando resiliência e adaptabilidade. Com o crescimento, foi necessário investir em capacitação da equipe, gestão financeira e profissionalização dos processos internos.

6 LIDERANÇA FEMININA E DESENVOLVIMENTO

Rebecca destaca a importância de liderar com paixão e estratégia. A gestão compartilhada com sua sócia une criatividade e racionalidade, sendo um dos pilares do sucesso do negócio. Ela também enfatiza a importância de aprender a delegar e organizar a empresa desde os primeiros passos.

A equipe do Sim Sim Brechó é formada majoritariamente por mulheres, o que fortalece a identificação com o público-alvo e reforça o compromisso com a autonomia e o empoderamento feminino.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sim Sim Brechó representa um exemplo inspirador de empreendedorismo criativo no contexto amazônico, sobretudo por sua origem simples, mas carregada de força, garra e criatividade. A história da Rebecca Alloggio mostra que não é preciso grandes investimentos nem condições perfeitas para começar algo significativo. Começar com pouco, mas com coragem, fez toda a diferença.

Após a entrevista, podemos conhecer as motivações e os desafios da sócia fundadora, Rebecca Alloggio, sendo possível identificar a teoria e prática, a paixão e o planejamento estratégico que servem de base para o empreendedorismo.

O brechó é hoje um espaço de moda, mas também de transformação. Cada roupa vendida tem uma história, cada cliente atendida se sente valorizada. As funcionárias crescem junto, aprendem, criam laços. É uma cadeia de afeto e de economia. E sim, ainda tem coisas para melhorar — a organização, a parte online, os sistemas. Mas o essencial já se encontra lá: paixão, estratégia, escuta, visão e humanidade.

No fim das contas, empreender é isso: errar, tentar de novo, escutar quem está perto, fazer com carinho e continuar aprendendo sempre. E talvez, sem nem perceber, transformar a vida de muita gente no caminho.

8 REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno e globalização**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2000.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

HOWKINS, John. **Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books, 2013.

RANKINGS, SCIMAGO INSTITUTIONS. Mecanismos de integração para diferentes tipos de inovação: estudo de caso sobre empresas inovadoras. **Revista brasileira de gestão de negócios**, [S. l.], p. 00, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/37HgrZcwx7w6gy5fZ5KTqpJ/?format=html&stop=previous&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SIM SIM BRECHÓ. Conta do Instagran, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/simsimbrecho?igsh=MXAxbmQ4eXo2cWRlNA==>. Acesso em 01 jul. 2025.

DO PALCO AO NEGÓCIO: O PERFIL EMPREENDEDOR DA DJ ALLANA SHOW NO SETOR DE ENTRETENIMENTO EM SANTARÉM-PA

Allana Taíssa Almeida de Souza

E-mail: szallana69@gmail.com

Júlia Cavalcante Holanda

E-mail: julia.holanda774@gmail.com

Sara Pontes Sousa

E-mail: sarapontes761@gmail.com

Sabrina Pontes Sousa

E-mail: sabrynapontes012@gmail.com

Todas são discentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Oeste do Pará, Turma de 2022.

Resumo: Este trabalho analisa o perfil e as características empreendedoras criativas da DJ Allana Show, artista do setor de entretenimento na cidade de Santarém-PA. A pesquisa investiga sua trajetória profissional, estrutura de empreendimento e estratégias utilizadas para atuar com diferentes públicos. Atuando como DJ e cantora, Allana transita entre eventos em boates, voltados ao público jovem, e eventos culturais com perfis distintos. O estudo busca compreender as estratégias com que ela desenvolve sua marca pessoal, organiza sua carreira e projeta seus objetivos futuros dentro do mercado de entretenimento local.

1 Introdução

O empreendedorismo cultural reúne criatividade, autonomia e gestão na atuação de artistas que também são empreendedores. A DJ Allana Show, de Santarém-PA, representa bem essa realidade ao conciliar sua performance como DJ e cantora com estratégias profissionais voltadas para o setor de entretenimento. Este trabalho analisa seu perfil empreendedor, trajetória e formas de atuação no mercado local, com foco em sua consolidação como fazedora de cultura. Allana iniciou sua relação com a música ainda na infância, aos 11 anos, aprendendo a discotecar com o pai em Belém.

Em 2015, começou a se apresentar em eventos familiares e comunitários. Com a mudança para Santarém em 2016, passou a acompanhar o pai em festas populares, ganhando experiência. A partir de 2021, passou a atuar de forma autônoma em eventos fechados e, em 2023, estreou na boate The Lux, marcando presença também nas festas noturnas da cidade.

Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo geral discutir o perfil e as características empreendedoras criativas da DJ Allana Show, destacando sua trajetória profissional, estrutura de empreendimento e estratégias de atuação no setor de entretenimento em Santarém-PA.

São objetivos específicos:

- Descrever a trajetória profissional da DJ Allana Show, identificando os principais marcos de sua carreira no setor de entretenimento;
- Compreender o processo de definição da marca pessoal e do estilo musical adotado pela DJ Allana Show;
- Apresentar um perfil do empreendedor na área de entretenimento, a partir do estudo da DJ Allana Show

2 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, utilizando-se do método de **estudo de caso** para analisar o perfil empreendedor da DJ Allana Show, atuante no setor de entretenimento na região de Santarém-PA.

2.1 Procedimentos de Coleta de Dados

- **Entrevista semiestruturada:** realizada com a DJ Allana Show, para coletar informações sobre sua trajetória profissional, definição de marca, estrutura do negócio, estratégias de atuação e objetivos futuros.
- **Observação participante:** acompanhamento em suas apresentações em diferentes contextos (boates e eventos culturais), buscando compreender, de forma direta, sua interação com os públicos e estratégias de performance.
- **Análise documental:** foram considerados materiais como flyers de eventos, publicações em redes sociais, entrevistas previamente concedidas e demais documentos que ajudaram caracterizar sua atuação no mercado.

2.2 Procedimentos de Análise

Os dados coletados serão analisados por meio da análise de conteúdo, buscando identificar padrões, características empreendedoras e estratégias que compõem o perfil da DJ Allana Show como empreendedora da economia criativa. Além disso, será realizada uma revisão bibliográfica sobre empreendedorismo no setor de entretenimento e fazedores de cultura, com o objetivo de apoiar a interpretação dos dados e relacionar a prática observada com conceitos teóricos.

3 Revisão Bibliográfica

A noção de empreendedorismo cultural refere-se à atuação de indivíduos que conciliam a expressão artística com práticas de gestão e estratégias de sustentabilidade econômica. Trata-se de uma forma de empreender que envolve, simultaneamente, criatividade, autonomia e organização, sendo cada vez mais associada à economia criativa. Apesar de sua crescente utilização em pesquisas

e políticas públicas, o termo ainda desperta resistência entre artistas, especialmente aqueles que veem com receio a mercantilização da arte e a perda de autonomia criativa (Gimenez, 2018).

No caso da DJ Allana Show, essa identidade empreendedora se manifesta na sua capacidade de equilibrar a liberdade artística com a necessidade de gerir sua própria carreira. Sua trajetória revela um percurso construído a partir de experiências práticas e decisões estratégicas, nas quais a performance como DJ e cantora é articulada com ações voltadas à visibilidade, consolidação de sua marca pessoal e inserção no mercado local de entretenimento. Assim como outros fazedores de cultura, Allana se adapta às demandas do território onde atua, utilizando suas habilidades e recursos para criar uma trajetória autônoma.

Os profissionais da cultura, a exemplo de Allana, costumam exercer múltiplas funções em seu cotidiano profissional. São, ao mesmo tempo, artistas, produtores, gestores e articuladores de redes. Essa multiplicidade de papéis não é apenas uma escolha, mas uma resposta às exigências de um setor historicamente marcado pela informalidade e pela escassez de apoio institucional. Nesse cenário, o empreendedor cultural é aquele que transforma sua produção simbólica em possibilidade de trabalho, articulando saberes artísticos com práticas de gestão (Gimenez, 2018).

As estratégias adotadas por esses empreendedores culturais vão além da criação artística: envolvem também a construção e manutenção de redes de colaboração, o uso de tecnologias de comunicação para promoção do trabalho, e o desenvolvimento de uma marca pessoal que dialogue com públicos diversos. No caso de DJ Allana Show, essas práticas são visíveis em sua atuação nas redes sociais, na diversidade de eventos em que se apresenta, bem como nas parcerias que estabelece para ampliar sua presença no mercado. Sua capacidade de adaptação e de leitura do público faz com que sua identidade artística seja também uma ferramenta de posicionamento no setor.

A formação do empreendedor cultural, por sua vez, raramente ocorre de forma institucionalizada. Predomina um processo de autoformação, no qual o conhecimento é construído por meio da prática, da observação, da experimentação e do intercâmbio com outros profissionais. Allana é um exemplo claro desse modelo formativo: desde a infância, acumulou experiências que moldaram seu repertório artístico e sua postura profissional. Essa vivência direta com o universo musical contribuiu para o desenvolvimento de competências que hoje a permitem transitar com segurança entre os palcos e os bastidores do entretenimento.

4 Estudo de Caso: a trajetória da DJ ALLANA SHOW

A trajetória da DJ Allana Show revela um percurso singular de construção de identidade artística e empreendedora na cidade de Santarém-PA. Influenciada desde a infância pelo pai, que atuava como DJ em eventos populares, Allana iniciou sua relação com a música aos 11 anos, aprendendo de forma prática e autodidata. A profissionalização ocorreu a partir da necessidade de

geração de renda e da falta de oportunidades formais de trabalho, marcando o início de um processo de empreendedorismo por necessidade, que com o tempo se transformou em uma escolha de vida e de carreira.

Conforme observado por Gimenez (2018), muitos artistas inicialmente resistem à ideia de se reconhecerem como empreendedores culturais. Allana compartilhou essa percepção ao relatar que, por um período, não se via como artista, até que a interação com outros agentes culturais locais lhe possibilitou essa ressignificação. A partir de então, ela passou a desenvolver uma atuação mais estratégica no setor, conciliando criatividade, autonomia e gestão – características apontadas por Limeira (2008) como essenciais ao empreendedor cultural.

Sua marca pessoal, a "DJ Allana Show", surgiu em diálogo com seu pai e se consolidou por meio da atuação em diferentes tipos de eventos – desde festas privadas e boates até eventos culturais como a Marcha LGBTQIAPN+ e projetos voltados à cultura urbana, como o Double Trap. Essa diversidade evidencia sua capacidade de adaptação ao mercado, além de reforçar o vínculo com a cena cultural local. O estilo musical adotado por Allana valoriza a cultura amazônica, mas se adapta a públicos variados, revelando sensibilidade de leitura de contexto, um traço empreendedor destacado por Paulino e Rossi (2003).

A estrutura de seu empreendimento é sustentada por práticas cotidianas de gestão autônoma. Allana organiza sua agenda manualmente, planeja repertórios, cuida de sua imagem, administra redes sociais, desenvolve parcerias e atua como produtora e estilista. Esse acúmulo de funções é característico dos fazedores de cultura que operam em contextos com baixa institucionalização e apoio público limitado, como discutem Micheletti e Burgos (2016).

Apesar da ausência de formação técnica formal, Allana construiu sua trajetória a partir da prática e da observação, demonstrando iniciativa e desejo de especialização. Ela manifesta interesse em realizar cursos de produção musical e expandir sua atuação para outras áreas, como teatro e oficinas culturais. Além disso, reconhece a importância das políticas públicas, como a Lei Aldir Blanc, para a sustentação de artistas periféricos e independentes.

Por fim, sua atuação vai além da performance artística, desempenhando papel relevante na valorização de identidades locais, inclusão de minorias e criação de referências positivas para novos artistas da região. Seu trabalho contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e a visibilidade da cultura urbana e LGBTQIAPN+ em Santarém, reafirmando a potência do empreendedorismo cultural como instrumento de transformação social.

5 DJ Allana Show como Empreendedora Cultural

A trajetória de DJ Allana Show permite compreender, de forma concreta, o que significa ser um(a) empreendedor(a) cultural em um contexto periférico e urbano da Amazônia. Suas respostas à

entrevista revelam um perfil que se encaixa nas tipologias e características discutidas na literatura sobre empreendedorismo cultural, ainda que sua formação tenha sido predominantemente prática e autodidata.

Seguindo a análise de Paulino e Rossi (2003), Allana demonstra características clássicas do perfil empreendedor: proatividade, criatividade, resiliência e capacidade de assumir riscos. Esses traços são perceptíveis em sua iniciativa de transformar um hobby familiar em carreira, na construção de uma marca pessoal (“DJ Allana Show”), na diversidade de eventos que atende, e em seu esforço contínuo de gestão e planejamento, ainda que informal.

No debate proposto por Gimenez (2018), é possível notar como Allana vivenciou o dilema da identidade: inicialmente não se reconhecia como artista ou empreendedora, mas passou por um processo de autoafirmação a partir do reconhecimento coletivo, principalmente em espaços culturais e colaborativos. Isso revela que, para além das habilidades técnicas, o empreendedorismo cultural envolve um forte componente simbólico, de construção de sentido e pertencimento.

A partir da classificação de Limeira (2008), Allana pode ser situada como uma empreendedora cultural autônoma e intuitiva, pois sua atuação combina a vivência artística com a construção empírica de estratégias de gestão e promoção. Sua organização pessoal (com quadros de planejamento, uso das redes sociais, definição de repertório e figurino), sua inserção em redes de colaboração e sua visão sobre o papel social do artista evidenciam um perfil híbrido: alguém que atua no mercado, mas também com engajamento em causas culturais e sociais.

Micheletti e Burgos (2016) destacam que a maioria dos fazedores de cultura lida com a precariedade e a ausência de políticas públicas contínuas. DJ Allana Show confirma esse cenário ao destacar a importância de leis como a Aldir Blanc e ao assumir múltiplas funções em sua própria carreira: artista, produtora, comunicadora, gestora, estilista. A centralidade do “faça você mesmo” é um traço marcante da sua trajetória, comum a muitos trabalhadores da cultura que constroem seus caminhos sem apoio institucional.

Dessa forma, o caso de DJ Allana exemplifica como o empreendedorismo cultural, no contexto amazônico, se estrutura a partir da resistência, da criatividade e da apropriação estratégica das possibilidades disponíveis. Allana atua como agente cultural que promove visibilidade a identidades marginalizadas, valoriza a cultura regional e inspira novos artistas, assumindo papel de liderança e protagonismo.

Seu perfil ilustra, portanto, a potência transformadora do empreendedorismo cultural, que vai além da busca por renda: é também afirmação de identidade, ocupação de espaços e construção de um lugar legítimo no cenário artístico e econômico da cidade.

6 Considerações Finais

O estudo de caso da DJ Allana Show possibilitou compreender, de maneira concreta, como se constrói, na prática, o perfil de uma empreendedora da economia criativa em um contexto periférico e urbano na Amazônia. A partir de uma trajetória marcada pela influência familiar, vivências práticas e enfrentamento de desafios estruturais, Allana desenvolveu um modelo de atuação que integra arte, gestão, identidade cultural e inovação.

A pesquisa alcançou seus objetivos ao:

- Descrever a trajetória profissional da artista, identificando marcos significativos de sua formação e inserção no setor de entretenimento;
- Evidenciar o processo de construção de sua marca pessoal, voltada a públicos diversos, mas profundamente enraizada na cultura amazônica;
- Analisar a estrutura de seu empreendimento, sustentado na multifuncionalidade e em estratégias de colaboração e visibilidade;
- Apresentar um perfil de empreendedora cultural que combina resiliência, criatividade, autonomia e protagonismo feminino em um setor dinâmico, porém desafiador.

DJ Allana Show representa uma nova geração de fazedores de cultura que, apesar das limitações materiais e institucionais, constrói caminhos sustentáveis e simbólicos a partir da inventividade e do engajamento comunitário. Sua atuação reforça a importância do empreendedorismo cultural como prática que vai além da lógica mercadológica, atuando como instrumento de transformação pessoal e coletiva, valorização das identidades locais e democratização do acesso à cultura.

7 Referências

GIMENEZ, Fernando Antônio Prado. Empreendedor cultural: uma identidade rejeitada? **Políticas culturais em revista**, v. 11, n. 1, p. 369-392, 2018.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. Empreendedor cultural: perfil e formação profissional. **IV Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura**, 2008.

MICHETTI, Miqueli; BURGOS, Fernando. Fazedores de cultura ou empreendedores culturais? Precariedade e desigualdade nas ações públicas de estímulo à cultura. **Políticas Culturais em Revista**, v. 9, n. 2, p. 582-604, 2016.

PAULINO, Alice Dias; ROSSI, Sonia Maria Morro. **Um estudo de caso sobre perfil empreendedor – características e traços de personalidade empreendedora**. In: Encontro De Estudos Sobre Empreendedorismo E Gestão De Pequenas Empresas – EGEPE, 2003, Brasília: UEM/Uel/UnB, 2003. p. 205-220.